



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1581/12	DATA: 22/11/2012
INÍCIO: 10h32min	TÉRMINO: 13h36min	DURAÇÃO: 03h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h04min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RAFAEL SCHADECK - Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.

FRANCISCO CAMPELLO - Diretor do Combate à Desertificação, do Ministério do Meio Ambiente.

JOÃO ABNER GUIMARÃES JÚNIOR - Doutor em Recursos Hídricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

JOÃO SUASSUNA - Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco.

ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES - Coordenador da Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento das Regiões Áridas e Semiáridas, da Organização das Nações Unidas.

SUMÁRIO: Debate sobre a problemática da seca no Nordeste e as possíveis soluções.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Bom dia, senhoras e senhores!

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, destinada a debater a questão da seca no Nordeste brasileiro.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento é transmitido pela Internet, está sendo gravado pela *TV Câmara* e será exibido posteriormente na programação da emissora.

Convido os seguintes expositores para fazerem parte da mesa: Rafael Schadeck, Diretor da Secretaria Nacional da Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; Francisco Campello, Diretor do Combate à Desertificação, do Ministério do Meio Ambiente; João Abner Guimarães Júnior, Doutor em Recursos Hídricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; João Suassuna, Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco; e Antônio Rocha Magalhães, Coordenador da Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento das Regiões Áridas e Semiáridas da Organização das Nações Unidas — ONU.

Sejam todos bem-vindos!

Nós vamos imediatamente dar início às exposições. Cada um dos expositores terá até 15 minutos para fazer a sua palestra. Logo após, nós faremos as perguntas e abriremos o debate, dependendo do tempo.

A Assessoria nos lembra de que a Comissão de Meio Ambiente recebeu o Ofício nº 58, de 2012, da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento, por meio do qual solicita que, durante esta audiência, seja lida a Carta de Aracaju, documento que tem por finalidade propor medidas para solucionar o abastecimento de água na região do polígono das secas, assim como minimizar os efeitos da escassez de água. O documento está em minha mão, vamos lê-la em momento oportuno. Vamos dar início às exposições e depois leremos a Carta de Aracaju, pois os palestrantes já estão aguardando há algum tempo.

Pela ordem de chamada, concedo a palavra ao Sr. Rafael Schadeck, Diretor da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional. S.Sa. dispõe de até 15 minutos.

**O SR. RAFAEL SCHADECK** - Bom dia, senhoras e senhores!



Sou Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional. A minha intenção hoje é mostrar uma perspectiva da situação — aquilo que nos cabe — dos Municípios atingidos e dos Municípios com situação de emergência reconhecida. Ademais, intento passar pelas principais ações de assistência do Governo Federal que foram determinadas e anunciadas pela Presidenta Dilma e que estão em execução hoje, e discorrer acerca da ampliação que está sendo prevista a curto prazo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Senhores, essa é a realidade dos Municípios em situação de emergência, além do polígono do Semiárido, também o seu entorno, entrando no Estado do Maranhão e em alguns Municípios da Bahia, de Minas Gerais e também do Ceará — alguns não efetivamente no polígono do Semiárido. Estamos falando de uma estimativa de mais de 10 milhões de pessoas atingidas, com 1.317 Municípios em situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal.

Vou passar rapidamente pelas ações emergenciais, tentando ser o mais sucinto possível. Logicamente, fico à disposição, de acordo com a decisão do Presidente, para responder às perguntas. Depois, rapidamente falarei sobre algumas ações estruturais que estão em andamento.

São estas as ações: Operação Carro-Pipa; recuperação de poços; o Bolsa Estiagem, auxílio emergencial financeiro; o Garantia Safra; oferta de milho; transferência de recursos para assistência direta de recursos aos Estados e a linha emergencial de crédito. São essas as ações em curso para a assistência à população.

Começando pela Operação Carro-Pipa, só este ano foram investidos mais de 310 milhões. É a maior operação desde que ela começou a ser implementada, no início da década passada. São mais de 4 mil veículos. Temos uma autorização — vejam ali embaixo — para 900 novos veículos, se forem necessários. Podemos chegar a aproximadamente 5 mil veículos. Junto aos Estados, temos uma estimativa de aproximadamente 2 mil carros-pipa, também com o repasse de recursos federais, que estão sendo administrados pelos próprios Estados.



Quanto à transferência de recursos para a recuperação de poços, há uma realidade: os pontos de captação para a operação — e não só para a Operação Carro-Pipa, mas também para todo o problema, principalmente relacionado a consumo humano — estão ficando cada vez mais longe, cada vez mais exíguos, com mais problemas de qualidade. Conforme esses reservatórios ou esses pontos de captação vão secando, a água fica mais difícil de ser consumida.

Já existe um repasse do Ministério da Integração para esses Estados, na ordem de 15 milhões, para as áreas com maior dificuldade de acesso à água, visando ações emergenciais de recuperação e até perfuração de poços, se for o caso. Há um disponível de 60 milhões, já empenhados. A liberação do restante está dependendo apenas da execução pelos Estados.

O auxílio emergencial financeiro que ficou conhecido como Bolsa Estiagem tem trazido um resultado muito interessante junto à população. É muito interessante o retorno que temos dos Estados. Estamos falando de um valor na ordem de 230 milhões, até o pagamento de outubro. Ele vai ser ampliado. Inicialmente eram previstas cinco parcelas de 80 reais. A Presidenta já autorizou a prorrogação desse auxílio para pelo menos mais duas parcelas, se necessário, mas dentro do quadro climático que temos hoje.

Apesar de estar chovendo no norte de Minas Gerais e no sul e no oeste da Bahia, e apesar de ter amenizado um pouco a situação, sabemos que não basta simplesmente começar a chover agora, para que a situação volte à normalidade. Será necessário recuperar o nível desses açudes e recuperar a economia local. Apesar de estar chovendo nessa região, há a previsão de que no restante, no centro da região semiárida, não chova até fevereiro ou chova abaixo da média, o que já é um problema.

Esta imagem mostra alguns dados. A previsão é de que cheguemos perto dos 67 milhões, no mês de novembro, beneficiando 835 mil famílias.

No Garantia Safra, a primeira ação foi a antecipação desse recurso, o calendário de pagamento. Trata-se daquele recurso para o agricultor acessar quando há efetivamente a perda da safra. Pelo prognóstico, o recurso foi adiantado. Também foram previstas e já estão liberadas mais duas parcelas no valor de 136



reais, de forma que esses beneficiários vão obter perto de mil reais, para ajudar na perda que sofreram.

Esta é oferta de milho. Estes são os números de atendimento: já são 100 mil operações, com uma quantidade superior a 120 mil toneladas.

Tivemos grande dificuldade na questão do transporte desse milho, que estava no Centro-Oeste do País e foi levado para a Região Nordeste, mas há uma tendência de melhora em dezembro e janeiro, em função da maior disponibilidade de transporte.

Quanto à transferência direta de recursos para os Estados, principalmente, todos esses recursos foram repassados para os Estados pelo Ministério da Integração Nacional, de forma que possam utilizá-lo. Um dos exemplos foi a própria operação estadual com carro-pipa, mas o recurso foi destinado também à alimentação; muitos o utilizaram com infraestrutura, cisternas para captação de água, etc. Enfim, todos são recursos de custeio que o Governo Federal disponibilizou aos Estados, de forma a ampliar a capacidade de resposta local.

A linha emergencial de crédito foi ampliada: de 1 bilhão, previsão inicial, para 1.5 bilhão, recurso do fundo nacional. Esse, sim, é um recurso para uma recuperação mais de médio prazo, com o objetivo de que, logo que a situação se normalize, o produtor tenha recursos para essa volta da normalidade.

Só para que se tenha uma ideia da distribuição das linhas, de acordo com o número de Municípios atingidos, todas essas ações são relacionadas aos Municípios em situação de emergência. Continua crescendo. Estamos falando de uma ordem de volume de quase 250 milhões, para os Estados que estão mais à frente.

Passo às ações estruturantes, que estão em desenvolvimento dentro do Ministério e dentro dos outros órgãos que têm parceria, com a mesma finalidade: o Programa Água para Todos e o PAC Infraestrutura Hídrica.

Já foram pagos, em execução, em 2012, mais de 800 milhões, dentro do Programa Água para Todos. Como eu disse, incluem-se todos: Ministério da Integração, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Banco do Brasil. Já são mais de 800 milhões.



Não vou entrar muito nos detalhes desses dados. O importante é o dado da execução prevista para 2012, com todos os itens previstos, de 2011 a 2014, dentro do programa.

Por fim, passo um quadro informativo, que vai ficar à disposição dos senhores.

Do total do investimento que foi autorizado em obras estruturantes — ampliação e distribuição de água —, já foram selecionados e contratados, dentro do PAC Prevenção, 1,8 bilhão em obras estruturantes. É o que realmente se deseja fazer, mas infelizmente não acontece. É sempre um desafio a execução, dentro da boa prática, dentro da transparência.

Esta imagem mostra a distribuição, por Estado, do investimento de cada um dos órgãos. Dessa forma, os senhores têm acesso aos dados acerca da distribuição desses 1,8 bilhão que foram destinados e já selecionados, dentro da disponibilidade de 3 bilhões até 2014.

Da mesma forma, esses são os valores pagos e disponíveis, dentro do PAC Infraestrutura Hídrica — está dentro do MI.

Este é o balanço final de investimentos. Dentro de obras estruturantes, 2,1 bilhões, somando o programa Água para Todos e as obras já selecionadas. Hoje, investimentos em ações emergenciais somam 1,1 bilhão. E o total de operações de crédito já contratado, de 1,5 bilhão disponível, soma praticamente 1,2 bilhão. Nós estamos falando de investimento na ordem de 4,5 bilhões nas ações realizadas em 2012.

Esta imagem mostra algumas obras — eu o escolhi apenas para ilustrar. Trata-se do quadro que o Ministro Fernando Bezerra utilizou, com as principais obras em andamento.

Tentei ser breve, Presidente. São muitas informações. Preferi colocar mais informações na apresentação, de forma a ficarem disponíveis. Estamos à disposição para tirar qualquer dúvida.

Em função do que nos cabe dentro da Secretaria de Defesa Civil, dentro do Ministério da Integração, o objetivo é realmente essa fase de assistência à população. Nessa passagem rápida, apresentamos várias ações, com recursos significativos investidos. Dessa forma, pelo menos agora, neste momento de



dificuldade, temos a previsão de que não vai haver melhora significativa até fevereiro, pelo menos. Não sou o melhor especialista da área, mas trago o que dizem os órgãos que trabalham em parceria conosco, paralelamente: nós estamos vivendo a pior seca dos últimos 40 ou 50 anos. As ações de resposta que fazem parte do processo estão aí. Infelizmente, os problemas não se solucionam, como eu disse, com a velocidade em que poderiam ou como seria desejável, mas essas são as ações principais, dentro do que nos cabe no Ministério da Integração Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Pergunto ao Dr. Francisco Campello se vai usar o *PowerPoint*. Em caso afirmativo, permaneceremos neste local. (*Pausa.*)

S.Exa. tem até 15 minutos para fazer sua exposição.

Enquanto o *PowerPoint* está sendo adequado, eu gostaria de comunicar que ontem, na Comissão de Meio Ambiente, nós aprovamos as emendas de Comissão. Nessa emenda de Comissão, repetindo aquilo que fizemos no ano passado, nós colocamos recursos para a consolidação das unidades de conservação, que é o passivo fundiário e que precisa ser resolvido; nós colocamos recursos para o desenvolvimento institucional de gestão integrada de resíduos sólidos, para ajudar a implementação da lei, depois de 20 anos aprovada aqui, com um esforço grande da Frente Parlamentar Ambientalista; e também repetimos os recursos que demos para a identificação, o diagnóstico e o combate aos processos de desertificação no Brasil. A nossa proposta foi de 80 milhões para a desertificação. No ano passado, a Comissão também alocou recursos no Orçamento.

É evidente que a Comissão faz um esforço político, mas precisamos que os órgãos técnicos do Governo — pois para eles serão destinados os recursos — também participem. Refiro-me também ao Ministério do Meio Ambiente. Procurem o Relator, o Relator-Adjunto. Depois, para liberar essas emendas, procurem a Casa Civil e a Ministra Ideli.

Com a palavra o Dr. Francisco Campello, que dispõe de até 15 minutos.

**O SR. FRANCISCO CAMPELLO** - Bom dia! Agradeço o convite e a oportunidade.



Como o colega do Ministério da Integração, vou ser breve na fala e vou deixar aqui uma apresentação um pouco mais complexa, com mais informações.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nessa questão da seca, compete ao Ministério do Meio Ambiente uma ação muito específica: ficar à frente da implementação da Convenção de Combate à Desertificação, que o Deputado conhece muito de perto, pois foi um dos que teve uma participação efetiva nisso. Assim, o grande esforço que fazemos hoje no ambiente do Ministério é buscar uma estratégia de convivência, porque já é uma retórica que a seca não é nenhuma novidade, nem é nenhuma situação fora dos padrões para a região onde ela ocorre.

Nós observamos dois grandes comportamentos sabidos pelos colegas da área técnica, que conhecem o tema com mais propriedade: há o comportamento das regiões semiáridas, em que sabemos que vai haver uma seca e que fazemos parte dela, e há os veranicos que ocorrem em situações específicas, que precisam de um acompanhamento. E hoje, vamos dizer assim, o avanço tecnológico permite inclusive que se façam previsões com um nível de acerto razoável, se vai haver ou não a seca, para ajudar na questão da safra.

Contudo, a seca em si, a de que estamos tratando aqui, das zonas semiáridas, é uma situação já esperada. O grande esforço que fazemos hoje é justamente para buscar alternativas para a convivência com essa situação.

Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente vem, no âmbito do escopo da convenção, procurando estruturar ações dentro dos programas do PPA para que possamos trabalhar essa convivência. Logicamente, são necessárias ações emergenciais, como a que o colega vem fazendo no âmbito da Defesa Civil.

Este quadro mostra que temos, dentro de uma região semiárida, riquezas que podem, de fato, fazer com que tenhamos essa convivência e não tenhamos a seca ou o ambiente como uma situação de falta de oportunidades. Ao contrário, nós temos grandes oportunidades. Assim, esse quadro retrata um conjunto de atividades que são praticadas nas regiões semiáridas. Às vezes, não nos damos conta de que há esse potencial. Trazemos o quadro apenas para ilustrar isso.

Na realidade, o que influencia o processo de desertificação? São quatro vetores, vamos dizer assim, que o influenciam. A questão do desmatamento para a





demanda energética da região: a matriz energética do Nordeste tem uma dependência grande, com a biomassa florestal que vem da Caatinga e do Cerrado. Em termos numéricos, 30% da matriz energética é atendida pela lenha que sai desses ambientes, sem maiores planejamentos. O esforço para a gestão ambiental é grande.

Temos uma situação mais pontual, que é a questão da irrigação e da mineração. Mais uma vez, a mineração é o foco do uso da lenha no processo de produção dessas indústrias. As cerâmicas são bem visíveis, o gesso, as casas de farinha, mas há outras situações que às vezes passam despercebidas, em que se faz uso da lenha. Por exemplo, no caso do colega de Pernambuco, a Perdigão, uma empresa que todo mundo conhece, é movida à lenha. O polo têxtil de Caruaru, conhecido pela produção de *jeans*, é todo movido à lenha. Lá no interior, temos não só as indústrias clássicas de cerâmica. Quarenta por cento das indústrias do Nordeste usam lenha em sua matriz energética. Portanto, esse é um dos principais vetores do processo de desertificação.

Quando temos um quadro de seca, essa situação se agrava. Diante disso, o nosso esforço é buscar uma estratégia de convivência.

Outro vetor é a questão da pecuária extensiva sem planejamento. A Caatinga tem um potencial forrageiro interessante e poderia estar sendo valorizada nesse sentido, mas nós insistimos, às vezes, nas formações de pastagens artificiais. Por outro lado, quando se faz o uso desse recurso nativo como fonte forrageira, temos um excesso de carga animal, que agride do mesmo jeito, tal como um homem com uma foice.

Como exemplo, temos uma situação bem interessante na Bahia. A região de Uauá hoje vive do extrativismo do umbu, que está sendo uma grande oportunidade para a região, e a grande concorrência ou o grande conflito é a pecuária, a caprinocultura, que é feita em base extensiva, com uma sobrecarga animal alta, que está impedindo a renovação do umbu — estudos mostram que há pés de umbu com 100 anos de idade. São duas atividades econômicas em conflito, por falta de gestão.

Esses vetores mostram que precisamos de um esforço no sentido de uma política de uso sustentável que estabeleça a convivência.



Neste quadro deixamos exemplificados os desafios que temos, especificamente no Brasil. O Ministério vem trabalhando nessa questão, valorizando a importância socioeconômica da Caatinga. Quando falo Caatinga, podemos ler Caatinga e Cerrado.

A Caatinga é extremamente importante para a segurança hídrica, para a economia da região, para a questão da matriz energética, como eu já disse. Na questão familiar — trago este dado apenas para que tenhamos uma ideia do impacto —, 70% das famílias do Nordeste, em média, utilizam lenha para cozinhar. Às vezes, nem acreditamos nesse número, mas é a pura realidade. No campo, esse número sobe para quase 90%.

Há a questão da segurança alimentar. A Caatinga é extremamente importante para a que se tenha segurança alimentar, seja para a produção dos alimentos, seja para a pecuária; e para o sistema de produção da agricultura familiar, em que há o pousio, aquele momento em que se abandona a área e volta a vegetação, momento em que o solo volta a ser fértil.

Para que tenhamos uma convivência com o Semiárido, precisamos entender esse contexto. Nesse sentido se dirigem os atuais esforços do Ministério do Meio Ambiente, com o Departamento. Em termos concretos, é o que vimos realizando.

Estão aqui presentes dois colegas: o Prof. Magalhães e o Zé Roberto, que já trabalharam na área. Hoje estamos desenvolvendo, com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação, que está inserido no CEMADEN. Trata-se de um grande esforço que está sendo feito. Servirá justamente para balizar os investimentos em algumas áreas.

Nesta Casa tramita o projeto de lei da Política Nacional de Combate à Desertificação. Acredito que já está praticamente na última instância. Temos feito um esforço para que seja aprovado. Na última rodada, a política absorveu uma série de complementações que veio da Comissão Nacional de Combate à Desertificação. Foi feito um diálogo com a Casa. Algumas expectativas que a Comissão tinha foram inseridas nessa política, portanto a política está dialogando com os interesses locais.

Neste momento, o Brasil vem fazendo o alinhamento do seu Plano de Combate à Desertificação com as diretrizes decenais da convenção. Foi estabelecida uma estratégia para que a convenção seja implementada de forma



mais eficiente. Neste momento, fazemos esse alinhamento do plano brasileiro para o combate à desertificação.

Quando da elaboração do PPA, foi feito um esforço: além da ação específica que está no Ministério do Meio Ambiente, junto com mudanças climáticas, existem seis programas dentro do PPA que dialogam diretamente com a questão do combate à desertificação.

Em termos de implementação da política, vimos estruturando uma estratégia financeira para permitir que os instrumentos de fomento que temos hoje possam ser mais eficientes para implementar projetos e programas para o combate à desertificação. Efetivamente, temos os onze Estados da Região Nordeste com seus programas estaduais elaborados. E o Ministério do Meio Ambiente vem, por meio do Fundo Clima, com amparo do Fundo Socioambiental da Caixa para projetos nos Estados que estão relacionados a esses programas estaduais.

Então, a gente vem construindo uma estratégia em que, hoje, o Fundo Clima tem um subprograma de combate à desertificação, que vai ser administrado pelo BNDES, com recursos substanciais. Hoje o Fundo Clima dispõe de 500 milhões, mais ou menos, para fazer financiamento. E, com o Banco do Nordeste, vendo sendo construída uma estratégia para que os recursos que estão hoje no BNDES, que são recursos que ficam um pouco distantes da realidade do produtor, possam ser operados pelo Banco do Nordeste tanto na linha de fomento, através do FUNDECI, como nas linhas operacionais que o Banco tem para apoiar ações efetivas para a promoção do uso sustentável.

Então, o esforço do Ministério é de minimizar as ações da seca através de promoção de atividades que possam ser feitas dentro desse ambiente, reconhecendo essa realidade e a importância que esse recurso tem para a sustentabilidade ambiental.

Bom, por que a gente vem fazendo isso? Porque, nesse contexto, a gente tem uma situação muito particular. Com toda essa pressão que nós temos hoje dentro do ambiente da caatinga, ainda existem 53% de cobertura florestal, e o principal indicador da desertificação é a cobertura florestal. Então, o esforço vem sendo feito para que a gente possa de fato conviver com a semiaridez, por meio



dessas ações que valorizam todo esse contexto, e possa trabalhar promovendo iniciativas de uso sustentável que tragam segurança hídrica, energética e alimentar para a região.

Eu fico à disposição. Mas vou já pedir licença porque estou com um problema familiar agora. Acabei de receber uma mensagem de que uma pessoa da minha família está indo para o hospital, e vou ter de me retirar.

Deixo a apresentação aqui para maiores complementações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado. Evidentemente, nossa solidariedade e o desejo de melhoras ao familiar.

Muito bem. Vamos passar agora ao terceiro expositor, João Abner Guimarães Júnior.

**O SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES JÚNIOR** - Um bom-dia a todos. Agradeço o convite muito honroso para voltar a esta Comissão. Eu e o João Suassuna tivemos a honra de estar aqui presentes em 2007, no auge do conflito na questão da transposição do São Francisco, e, agora, nós estamos voltando. Claro que 5 anos se passaram, e essa apresentação que eu vou fazer aqui, em parte, é uma reflexão de toda essa experiência que nós adquirimos não só durante aquele debate, mas depois, com a continuidade nos estudos na Academia.

Antes de começar a minha apresentação, vou fazer um desafio. Eu acho que nós precisamos aprender a discutir essa problemática da seca no Brasil com menos emoção. Não vou dizer que a gente não pode tirar totalmente a emoção da questão da seca, mas a emoção, talvez, explique essa recorrência da maneira como a questão da seca vem sendo tratada ao longo da História no Brasil.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou estabelecer aqui algumas premissas. Primeiro eu vou responder alguns questionamentos importantes aqui, que seriam as premissas para a gente entrar na questão da reforma hídrica no Nordeste.

A primeira questão que eu acho que é fundamental que se... Isso aqui — é importante dizer também — é o diagnóstico. Esse diagnóstico, associado com o semiárido nordestino, já está bastante consolidado, porque isso já vem sendo estudado ao longo de muitos anos. Por exemplo, com a transposição do São Francisco houve oportunidade de se desenvolverem muitos estudos, e nós tivemos



sempre, Deputado, uma preocupação de, mesmo dentro da Academia, trabalhar com dados oficiais. Então grande parte do que eu vou colocar aqui — e vou colocar muitas informações — são todos dados oficiais. Então, é uma preocupação.

Então, a primeira questão é a seguinte: existe realmente bastante água na região setentrional nordestina. Isso está comprovado, como eu vou mostrar, com dados oficiais dos planos estaduais de todos os Estados.

Agora eu gostaria de fazer aqui uma colocação importante: eu vou tentar trabalhar essa reforma hídrica no contexto que eu mais conheço, que é o do Nordeste Setentrional. É a realidade acima do Rio São Francisco, exatamente nos Estados que estão na área de influência do projeto de integração do Rio São Francisco, que são: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Desculpe-me se eu não vou falar do seu Estado, do Maranhão, nem do Piauí. Eu sei que a realidade da Bahia difere em quase nada também da seca da minha região.

Outra coisa importante: nós não podemos jamais desconhecer a realidade da seca do Nordeste, que é terrível. Tenho a informação de que existem milhares de pessoas hoje no Nordeste dependendo do abastecimento de água de carro-pipa, que é um dos sistemas mais precários de abastecimento de água. Isso é um indicador da falência total do abastecimento de água. E não é só isso, não só a questão do abastecimento de água, mas é toda a economia voltada para questão do sequeiro que está destruída, a pecuária... Os rebanhos, por exemplo, no Rio Grande do Norte, vão ser reduzidos talvez para a metade em 1 ano agora. Vocês imaginem! Então esse é um drama muito pesado que a gente vem carregando ao longo desses anos, e o desafio é como contorná-lo.

Por exemplo, existem determinadas políticas que podem muito bem ser desenvolvidas. Por exemplo, a questão do abastecimento de água humano e animal, para mim, é perfeitamente factível. Eu acho que o Governo brasileiro pode desenvolver um programa a curto prazo para erradicar totalmente o carro-pipa no Nordeste. Existe solução para isso, como eu vou mostrar.

Então temos água em escala regional. Agora, temos que ter cuidado porque uma coisa é o abastecimento humano, mas, quando você entra na questão do uso econômico da água no agronegócio, aí não. Aí não tem. Depende. Nisso aí, o céu é o limite; depende do interesse do capital.



Uma questão importante é que temos que pensar em que tipo de modelo de desenvolvimento nós vamos trabalhar nessa questão do Nordeste. Eu defendo o desenvolvimento sustentável. Deve-se aplicar o desenvolvimento sustentável à agricultura irrigada.

Os dados que eu vou apresentar aqui são todos oficiais. Os dados do Ceará eu retirei do atlas eletrônico do Estado do Ceará. Há o Plano Estadual da Paraíba, o Plano Estadual do Rio Grande do Norte. Todos esses dados estão disponíveis nos sites das Secretarias de Recursos Hídricos e Meio Ambiente dos Estados.

Passemos aos dados do Ceará, bem rapidinho.

Vê-se aqui claramente que, em 1998, já existia no Ceará uma relação de oferta e demanda — quase o dobro —, mas existiam várias obras planejadas, que depois foram sendo implementadas e que mostravam que, se o Estado do Ceará chegasse a desenvolver plenamente todo o seu potencial disponível, nós teríamos uma relação de 200 metros cúbicos por segundo de oferta para uma demanda de 122 metros cúbicos por segundo.

Este aqui é o diagnóstico da atualização do Plano Estadual do Ceará. O que está em azul são as disponibilidades e, em vermelho, são as demandas.

Então a gente vê claramente que, na principal bacia do Estado do Ceará, que é a Bacia do Jaguaribe, essa à direita, onde estão o Castanhão e o Orós, os maiores açudes do Nordeste setentrional, há um superávit que é reconhecido nos estudos do Estado do Ceará. Não só aí; claro que existem algumas regiões que são menos.

O problema da região metropolitana devido ao grande consumo, por ter concentrado cerca de 3,5 milhões de pessoas mais consumos industriais, está sendo resolvido com uma grande obra, um canal de transposição das águas do Castanhão para o litoral.

Agora, não foi à toa que eu coloquei lá *“projeto inconcluso do Ceará.”* Esta é a grande questão. Eu acho que nós temos que retirar a emoção e tentar entender as diferenças regionais. Por exemplo, a realidade do Estado do Ceará é totalmente diferente da do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Quer dizer, não é à toa que o Estado do Ceará se destaca na questão dos recursos hídricos do Nordeste, porque ele detém 50% da capacidade de armazenamento do nordeste setentrional. São



17,4 bilhões de metros cúbicos, um dos maiores açudes. Isso, claro, desde o seu nascedouro. Por isso que eu coloco como um projeto inconcluso.

Eu estive na Assembleia Legislativa do Ceará, onde fiz um discurso indagando por que o cearense não se vangloria do projeto de recursos hídricos do Estado do Ceará. O sonho de D. Pedro II está concretizado no Estado do Ceará. Por que vocês não divulgam isso? Por que vocês continuam tentando colocar a problemática do Ceará como se fosse... Esse é o projeto do futuro do Ceará. Isso não tem nada a ver com sustentabilidade. Além do que já têm em termos de oferta hídrica, eles querem a água do Tocantins, querem a água do São Francisco. Quer dizer, isso não vai terminar nunca. Essa é a grande discussão.

Isto aqui é o balaço do Estado do Rio Grande do Norte. Quando se atualiza a demanda de água, você fica com a relação de 70 metros cúbicos por segundo para quarenta e poucos metros por segundo. Isso, levando em consideração todos esses números, leva em consideração os efeitos dessas secas extremas.

Eu quero só lembrar agora, por exemplo, que nós estamos em uma das maiores secas de 50 anos. Daqui a pouco vou exibir uma tabela com os maiores reservatórios do Nordeste. Não é por coincidência. Hoje, esses reservatórios estão armazenando, no final de uma das secas mais extremas da história, acima de 50% de armazenamento. Alguns deles estão com 60% de armazenamento.

Então, este é o balanço da Paraíba. Se há bastante água, como se explica o efeito da seca? O efeito da seca, minha gente, é um efeito, antes de mais nada, social. O pessoal fala: *"Mas o pessoal do Canadá, da Sibéria não reclama da neve."* Só que na Sibéria e no Canadá há áreas povoadas. Nós temos no semiárido do Nordeste 20 milhões de pessoas. Nós estamos hoje com 10 milhões de pessoas em colapso quanto ao abastecimento de água, que é vital para o ser humano. Na minha região choveu cem milímetros. Para uma prestação média de 700 milímetros, choveu apenas cem milímetros. Quer dizer, isso, dentro de um quadro de falta de uma política de sustentabilidade, é muito grave.

Quer dizer, o problema, antes de mais nada, é social, é socioeconômico. Você tem pessoas convivendo com uma situação de altíssimo risco, e as políticas do Governo Federal em relação a essas pessoas são meramente paliativas para esse momento. Essa é uma questão recorrente ao longo de toda a sua história.



Como enfrentar essa questão? Antes de mais nada, precisamos de gestão, porque é um absurdo hoje você ter uma situação como se tem hoje de falência total do abastecimento de água rural, principalmente rural, no Nordeste. Então, qual seria a prioridade? Nós temos que priorizar o abastecimento humano. Temos que resolver essa questão, e eu vou provar que é fácil resolvê-la..

Primeiro, como é que você faz? Você tem que ter um sistema com capilaridade, de abastecimento humano semelhante ao que você tem hoje com o Luz para Todos. Acredito que há 10 ou 20 anos, se a gente falasse aqui sobre um programa de luz para todos para o Brasil, as pessoas iriam reclamar. Hoje, ninguém reclama, todo mundo reconhece a importância do Programa Luz para Todos.

Por que não podemos ter um programa de água para todos, de adutoras? Olha, uma adutora de quatro polegadas abastece uma população de 10 mil pessoas. Você sabe qual é o custo para entregar água na área rural? É da ordem de 20 reais, por pessoa, por ano. Com 20 reais por pessoa, por ano, você sustenta um sistema de abastecimento rural no Nordeste.

Quer dizer, com os recursos que hoje estão sendo aplicados em carros-pipa, talvez seja possível sustentar um grande sistema de abastecimento de água no Nordeste. Com os recursos que você hoje... Um terço... Com 50% dos recursos que foram empregados para a transposição do São Francisco você desenvolve um amplo programa — e eu tenho todas as condições de provar isso — de abastecimento humano, a partir de grandes reservatórios, sistemas integrados de adutoras, e que resolveriam totalmente o problema do carro-pipa no Nordeste.

Água nós temos. O problema é democratizar o acesso a essa água. É isso que nós defendemos. Agora, quando vamos para a questão da irrigação, nós temos que estabelecer um modelo. Por exemplo: vamos adotar um modelo de desenvolvimento sustentável. Então, existe um limite. O limite é a disponibilidade hídrica que a região detém.

Não é possível fazer transposições a 300, 400 quilômetros de distância para viabilizar a irrigação. Isso não existe. Nós sabemos que a partir de 60 metros de nível é inviável a irrigação. Existem no Nordeste 140 mil hectares de infraestrutura pública de irrigação sem produzir, exatamente por falta de compromisso com a questão da sustentabilidade.





Veja só, eu acho que a transposição se transformou em uma questão política. Não podemos desconhecer que existe um grande consenso político nos Estados receptores em relação a esse projeto. Só que a nossa preocupação é que não se pode continuar pautando as políticas públicas no semiárido — quando falamos sobre a questão do abastecimento humano e outras — com o projeto de transposição do São Francisco. Que seja feita a transposição, que se continue fazendo, já que existe um consenso político. Agora, nós não podemos deixar de definir prioridades na questão do abastecimento humano, na questão do abastecimento rural. Certo?

Eu sempre afirmei que esse projeto é um verdadeiro presente de grego para a região. Não vai acabar um carro-pipa na região. O projeto vai transferir água do São Francisco — que nem é tanta assim — para os maiores reservatórios, onde se concentram as maiores reservas de água, e vai escoá-la em leitos de rios perenizados. As pessoas que moram às margens desse rio não vão nem perceber que essa água está passando.

Na verdade, antes de mais nada, esse projeto é uma grande fraude que foi vendida à Nação como solução para o Nordeste, mas que nós sabemos que não é solução. Mas que façam. Existe consenso. Em meu Estado, todos os Deputados, os Governadores, os Senadores são a favor desse projeto. Então, que se faça. Agora, que o Governo brasileiro não deixe de enfrentar a questão da seca, como deve ser feito.

Eu não vou perder tempo. Sobre a transposição o João Suassuna vai falar e tem muita coisa para falar.

Uma questão que eu também não vou falar... Passando... Eu gostaria de colocar uma questão muito importante, que está naquele eslaide anterior. Esse eslaide é o seguinte: na época das demandas judiciais — e eu sou citado em várias, inclusive com pareceres meus —, o principal argumento que usávamos é que imaginávamos que na época em que a ANA desse a licença hídrica dessa obra, ela teria que superar a oferta de água existente nos Estados receptores, quer dizer, a não necessidade dessa obra.

O que foi que a ANA fez para contornar essa questão? Determinou a todos os Governos dos Estados que eles mesmos estabelecessem a oferta e a demanda dos seus Estados. Então, fizeram o balanço hídrico: o Estado do Ceará fez, o meu



Estado fez e a Paraíba fez por decreto. Eles rasgaram os planos de recursos hídricos. E, em cima disso, se justificou... E esse é o principal argumento que está no Supremo Tribunal, que é da ação judicial da Bahia.

Agora, se fizermos uma análise, o que, na verdade, justifica a transposição do São Francisco? Não é recurso humano. A grande questão é a irrigação. Em cima de projetos, não é tanta água assim.

Vou passar sobre isso, porque eu tenho uma coisa muito importante para falar para vocês aqui. Adiante, por favor.

Pronto! É isso que eu queria mostrar no último eslaide, o que nós estamos vendo aqui. Isso aqui são as demandas de irrigação que estão justificando a transposição do São Francisco. São projetos totalmente inviáveis. Isso é o antidesenvolvimento sustentado. Quer dizer, em cima de projetos que foram planejados para a região em bacias que não tinham disponibilidade hídrica, eles criaram um déficit hídrico hipotético para justificar a transposição do São Francisco.

Eu acho que é importante essa fala que eu vou fazer. Infelizmente estou com pouco tempo, mas eu gostaria que o Deputado me desse mais alguns minutos. Vou fazer uma denúncia.

Veja só, é inconcebível o Governo Federal montar um projeto como o da transposição do São Francisco que seja justificado pela irrigação pública no Nordeste. O próprio Governo Federal reconhece que a política de irrigação pública do DNOCS, mesmo da CODEVASF, precisa ser revista. Você vê vários documentos como este aqui, uma entrevista com o ex-Ministro Pedro Brito, que mostra a inviabilidade da irrigação pública no Nordeste.

Aqui, por exemplo, está um estudo que foi contratado pela CODEVASF para, através dessa função de emancipação, identificar os projetos no Vale do São Francisco que são viáveis. De todos, apenas o Nilo Coelho e o Pirapora apresentavam função de emancipação maior do que um. Quer dizer, todos os projetos são inviáveis, estão sendo hoje bancados através de forte subsídio governamental. Se quisermos pensar o Nordeste daqui para frente, a gente não pode esquecer essa realidade.



É a realidade do Ceará. Apesar de toda disponibilidade hídrica do Ceará, a realidade do Ceará continua sendo a mesma realidade de todos os outros Estados, em termos de irrigação.

Apesar de você saber que o Estado do Ceará vem desenvolvendo uma política bastante agressiva em relação ao desenvolvimento da irrigação, esses números mostram isso.

A base desse projeto de sustentabilidade que o Estado do Ceará está desenvolvendo é a questão econômica. O Ceará está praticando uma política muito agressiva de subsídio para irrigação através dos consumidores urbanos e industriais.

Agora, o Ceará pode fazer isso, porque, primeiro, tem muita água armazenada, e depois porque tem uma região metropolitana muito forte, com 3,5 milhões de habitantes, que pode sustentar um programa como esse.

Está aí, só para vocês analisarem, para comprovar a minha tese; aí estão os 22 maiores reservatórios nordestinos, e os que estão em azul são os grandes reservatórios do Ceará. Você vê que tem o Castanhão com 6,7 bilhões, tem Orós, o Banabuiú com 1,7, tem o Araras. Quer dizer, o meu Estado é o terceiro, a barragem de Armando Ribeiro Gonçalves, no Açu. E o sétimo, que é essa barragem de Santa Cruz, que é um conflito que eu vou trazer para vocês nos ajudarem.

Essa é a segunda maior barragem do Estado. Essa barragem foi inaugurada em 2003, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, era o anseio de toda população, que por ela esperava. Abaixo dessa barragem nós temos o Vale do Apodi, são as melhores terras, as terras mais férteis do Rio Grande do Norte.

E era de se esperar, porque já tem uma tradição de 50 anos de irrigação, mesmo antes da barragem. A população esperava pela construção dessa barragem, era potencializar, através de uma irrigação por gravidade, o que acontece hoje no Vale do Apodi. Infelizmente não foi isso que aconteceu

Eu acho que nós estamos vivendo um momento histórico. Se o que eu vou denunciar aqui realmente acontecer, eu acho que não vai sobrar nada na nossa região que a gente possa recuperar. Por quê? Porque o Vale do Apodi, a cidade do Apode, para mim, é muito emblemática. Nós temos ainda 50% da população no Apodi vivendo no meio rural. É o terceiro PIB agrícola do Rio Grande do Norte.



Ao longo dos últimos 10, 20 anos foi desenvolvida... Hoje, nós temos uma atividade de agricultura familiar que praticamente predomina na região. Não existe latifúndio. E acho que a melhor experiência da agricultura familiar do Nordeste está no Vale do Apodi. Nós somos o segundo maior produtor de mel do País. Tudo com base na agroecologia. Temos duas cooperativas.

Aquela barragem que foi inaugurada em 2000 tem apenas 600 milhões. Ela tem disponível, em termos de água para todos os usos — vamos ver que muitos projetos estão destinados para a água da barragem — cerca de quatro metros cúbicos por segundo, Deputado. É o que tem disponível para todos os projetos.

Projeto de irrigação Santa Cruz; Estação de Piscicultura de Apodi, que vai ser a maior do Estado; o Sistema Adutor do Alto Oeste, que foi citado aqui como uma das obras importantes, vai ser a maior adutora do Rio Grande do Norte. Aí tem a Adutora de Santa Cruz, que vai abastecer a segunda maior cidade do Estado, e tem um projeto de aproveitamento de irrigação dos aluviões.

O Governo Federal já adicionou ordem de serviço para o maior projeto de irrigação do Estado, de 5.200 hectares. Nesse projeto está previsto utilizar as águas da barragem de Santa Cruz. E esse projeto vai ser implantado na Chapada do Apodi.

Está aí o projeto. Um projeto de seis metros cúbicos por segundo.

Vejam o absurdo: a barragem só tem disponíveis quatro metros cúbicos por segundo para todos aqueles usos. O projeto, cuja ordem de serviço foi assinada, é de 6 metros cúbicos por segundo.

Outra coisa, há um desnível. A ação mais natural que deveria acontecer aí seria uma irrigação por gravidade no Vale do Apodi. O que o Governo está fazendo? Está abandonando o projeto natural de irrigação no Vale do Apodi e está com um projeto de bombeamento dessas águas para a Chapada do Apodi, um desnível acima de 80 metros. Já se sabe, através de estudos, que acima de 60 metros é inviável fazer irrigação.

O mais grave é que esse projeto recebeu uma outorga de água da Secretaria de Meio Ambiente apenas de dois metros cúbicos por segundo. Quer dizer, o próprio Governo do Estado reconhece que só tem dois metros cúbicos por segundo para aquela obra de seis metros cúbicos por segundo.



Agora, o mais grave ainda, é que esse projeto está sendo implantado a partir de uma desapropriação de 13 mil hectares. Cerca de 400 famílias de pequenos agricultores estão sendo expulsos das suas terras para dar margem a esse projeto.

Em dezembro do ano passado, estivemos aqui acompanhando uma comissão de representantes da população atingida. Nós estivemos na Casa Civil. Antes disso, a Presidente Dilma Rousseff esteve em Natal e estava na pauta a assinatura da ordem de serviço dessa obra no ano passado. Provocada pela mobilização do povo da Chapada do Apodi, ela recuou e nós fomos convidados, em dezembro, para vir aqui apresentar esse projeto alternativo. Houve um compromisso do Sr. Gilberto Carvalho no sentido de que nada aconteceria enquanto não fosse rediscutido esse projeto. De repente, há dois meses, todo mundo foi surpreendido com a assinatura da ordem de serviço, em um atropelo total de todo um processo de negociação.

Isso aqui mostra a mobilização da população.

Nós tivemos agora, recentemente, uma audiência pública patrocinada pelo Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal.

Isso aqui seria o projeto alternativo.

Então, para concluir, por que reforma hídrica no Nordeste? Eu acho que nós temos que insistir na tese da questão da convivência do semiárido. E, com isso, defendemos também a democratização da água. Isso é uma denúncia antiga também. É fundamental um planejamento integrado, dinâmico, porque eu acho que a solução da seca vem do aproveitamento otimizado da época das chuvas, caso contrário como vamos ficar? Vamos ficar com a nossa economia toda nivelada por baixa pela seca. Tem que se reconhecer toda essa infraestrutura existente. O maior programa de açudagem do mundo foi desenvolvido no Nordeste. Hoje, praticamente não tem mais um local para se construir uma grande barragem. E quando chegamos e vemos aquele projeto do Ceará ou o projeto da transposição é como se estivéssemos sempre patinando, começando do zero.

Então, temos que definir as prioridades.

Eu acho que um programa de erradicação dos carros-pipa é extremamente factível. O Governo Federal tem todas as informações, sabe onde essas pessoas estão. E, como eu disse, a solução, por exemplo, de democratização, por meio de adutora, existe em todo o mundo: na Alemanha, na Espanha. Aqui mesmo no Ceará,



na cidade de Sobral, há várias experiências de abastecimento rural comunitário. Ou, então, como eu disse, em termos econômicos, porque não é tão caro, comparando com as ações que o Governo vem fazendo. O que precisamos é trabalhar a sustentabilidade.

Para mim, a questão da energia é a mais importante, em termos de abastecimento de água com a adutora. Nós temos um programa muito forte de energia alternativa, que é a energia eólica no Nordeste. Para se ter uma ideia, uma usina dessas de energia eólica tem uma potência de 1,5 *megawatt*. Com quatro turbinas dessas atende-se a uma população de 250 mil habitantes, em relação à energia que é produzida nessas turbinas eólicas.

Então, eu acho que a poderíamos integrar no Programa de Luz para Todos o seguinte: o Governo Federal poderia, a exemplo do que fez com a luz, criar o Programa Água para Todos. Quer dizer, teria que encontrar um mecanismo para que o Sistema Nacional de Energia pudesse subsidiar um programa de abastecimento humano. Como eu disse, não é caro, é coisa, assim, de 20 reais por habitante ao ano. Portanto, consegue-se viabilizar um projeto desses. Essa é a minha proposta.

Desculpem-me pela demora, e agradeço a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Dr. João Abner.

Vamos, então, imediatamente passar ao quarto expositor, Sr. João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco.

S.Sa. também vai usar *PowerPoint*.

**O SR. JOÃO SUASSUNA** - Meus amigos, bom dia.

Primeiro, quero agradecer o convite que me foi feito pela Comissão de Meio Ambiente para vir aqui nesta manhã conversar com os senhores sobre um assunto que é muito caro para nós todos, nordestinos, que é a água, principalmente neste momento em que o Nordeste sofre a mais séria seca dos últimos 50 anos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O nosso País tem muita água: 12% da água que escoia superficialmente no planeta estão aqui no Brasil. Mas nós temos um problema sério de distribuição dessa água: 72% desses recursos estão na região amazônica, uma região que tem pouca gente, 7% da população nacional; 19% no Centro-Oeste; 6% no Sul-Sudeste;



e, observem, o Nordeste com 3%, apenas, dois terços dos quais na Bacia do Rio São Francisco. Não foi por outra razão que montaram o processo da transposição do Rio São Francisco para ir buscar essa água. Mas nunca ninguém fez a seguinte pergunta: o terço restante representa volume suficiente para o atendimento, para a satisfação das necessidades do povo do Nordeste? Na nossa ótica representa, sim.

Está aí o semiárido, com 1 milhão de quilômetros quadrados, onde moram 20 milhões de pessoas e onde no, exacerbado de uma seca, 10 milhões passam sede e fome. A região é acometida por secas recorrentes. Oitenta por cento das secas do Nordeste ocorrem nessa figura que chamamos de miolão da seca, que é o nosso setentrional.

Quem melhor definiu a questão da seca no Nordeste foi Guimarães Duque, quando fala: “*Seca não é falta de água; seca é má distribuição da água*”. E aí ele dá exemplos, como esse primeiro aqui numa região da Paraíba, que, em 1941, foi considerado um ano seco. Naquele ano choveu 674 milímetros. O total acumulado das chuvas do mês de março foi de 309 milímetros. Vejam: 45% da água que caiu o ano todo caiu num único mês. E deu uma chuva no dia 6 de março, daquele ano, de 125 milímetros. Ou seja, choveu 40% de todo o acumulado em um mês.

Então essas coisas acontecem no Nordeste. O Nordeste é semiárido; não é árido. Lá chove.

Aqui um dado da EMBRAPA, que diz o seguinte: o total de precipitação do Nordeste é de 700 bilhões de metros cúbicos d'água. Mas pelo fato de nós estarmos muito próximo à Linha do Equador, onde os raios solares incidem de forma perpendicular, existe uma evaporação exacerbada. Dos 700 bilhões de metros cúbicos que precipitam, 642 bilhões voltam para a atmosfera por meio do fenômeno da evaporação. Então, dos 58 bilhões que restam o homem já maneja 22 bilhões. O resto, os 36 bilhões são drenados para o mar. Nós temos que buscar essa água.

Este aqui é um dado de Aldo Rebouças, que nos deixou recentemente. Aldo Rebouças dizia que basta a gente ter acesso a um terço desses 58 bilhões de metros cúbicos para termos volume suficiente para atender toda a população do Nordeste, estimada hoje em 50 milhões de pessoas, com uma taxa de 200 litros por pessoa-dia, e ainda irrigados 2 milhões de hectares a uma taxa de 7.000 metros



cúbicos por hectare por ano. O que é que Rebouças quis dizer com isso? Que a água do Nordeste existe, nós não estamos sabendo é usá-la.

Olhem o que ele disse ainda: *“A Engenharia Nacional de Recursos Hídricos precisa entender que a única solução para os problemas de escassez de água nas cidades não é o aumento da sua oferta mediante a construção de obras extraordinárias, como essa da Transposição do Rio São Francisco, mas o desenvolvimento de campanhas permanentes de informação à população sobre o uso mais eficiente, mais inteligente da água disponível”*. Isso foi dito por Rebouças.

O Nordeste tem muita água: nós temos 70 mil represas. Essas represas acumulam um potencial de 37 bilhões de metros cúbicos d'água. É o maior volume represado em regiões semiáridas do mundo. Isso está no Nordeste. Agora, nós não temos ao certo uma política de ir atrás dessa água.

Vamos passar ligeiramente entre os Estados para os senhores terem uma ideia do potencial de cada um deles.

O Estado do Ceará tem 18 bilhões de metros cúbicos d'água distribuídos em 8 mil represas; tem o maior açude do Nordeste, o Castanhão, com 6,7 bilhões de metros cúbicos d'água. Essa represa, sozinha, atenderia ao consumo de todo o Estado do Ceará nos próximos 15 anos.

O Estado do Rio Grande do Norte tem 4,3 bilhões de metros cúbicos d'água distribuídos em 44 represas. O Estado possui o segundo açude em capacidade do Nordeste, com 2,4 bilhões de metros cúbicos d'água. Essa represa, sozinha, atenderia a toda a demanda do Estado do Rio Grande do Norte nos próximos 20 anos. Essa informação está no primeiro Plano Básico de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte.

O Estado da Paraíba tem 3,9 bilhões de metros cúbicos d'água distribuídos em 132 represas. Tem uma grande represa no sertão, a Coremas-Mãe D'água, que poderia resolver o problema hídrico dos sertanejos da Paraíba. Não tenham dúvida com relação a isso.

Com relação ao Boqueirão, vejam só, depois que foi construída a Represa de Acauã, a Represa de Boqueirão com Acauã tem águas suficientes para o abastecimento de Campina Grande. Aliás, com folga. Há uma folga na oferta de água, hoje, estimada em 1,15 metros cúbicos por segundo.





Circulou na Internet que o Estado do Piauí quer um pedaço da água do Rio São Francisco. Isso é um absurdo. Por quê? Porque o potencial de acumulação do Piauí é de 2 bilhões de metros cúbicos d'água. Ele tem o segundo maior rio em importância do Nordeste, que é o Rio Parnaíba, um rio perene. E 70% das águas de subsolo da Região Nordeste estão no Piauí e nas bacias do Maranhão. O Piauí está montando em cima de um sedimentário riquíssimo em água. Existe inclusive no sul do Piauí o Poço Violeta, um poço que jorra sem precisar bombeamento. É um poço artesiano localizado em uma das regiões mais secas do Nordeste.

Pernambuco: 3,1 bilhões de metros cúbicos d'água distribuídos em 132 represas. A maior represa do Estado é a Poço da Cruz, com 500 milhões de metros cúbicos d'água. O Estado possui geologias interessantes e sedimentares, como é o caso do Jatobá que fornece água para Ibimirim, Arcoverde e Sertânia. O Estado tem — outra coisa importante — 500 quilômetros de fronteira molhada com o Rio São Francisco. E tirar água do Rio São Francisco para o abastecimento do povo, meus amigos, por meio de adução, uso de tubulação, não é proibido, nunca foi.

O que precisamos entender é que se deve ter cuidado da forma de gerenciar esses recursos para não acontecer o que aconteceu com o Rio Colorado e com o Rio Amarelo, na China. Esses rios passam boa parte do ano sem chegar a sua foz. As águas são consumidas antes, na irrigação.

Deve-se, também, ter o cuidado para não acontecer o que aconteceu com o Mar de Aral: o maior desastre ecológico já visto na história do mundo. Dois rios, o Syr Darya e Amu Daria, desaguam no Mar de Aral. As águas desses rios foram utilizadas para a irrigação do algodão.

Vejam o que aconteceu: esta é uma fotografia do Mar de Aral, em 1994, com duas bolsas d'água. E esta é mais recente. Olhem: só tem aquela tripinha d'água ali.

Isto aqui é um porto no Mar de Aral com navios encalhados.

Esta tem até camelo — olhem só!

Foi o que aconteceu no Mar de Aral. Não queremos que aconteça isso na Bacia do Rio São Francisco.

Três propostas estão em vigor hoje no Nordeste em relação ao abastecimento do povo. A primeira é a da transposição do Rio São Francisco. Quem está à frente da transposição é o Ministério da Integração Nacional. Hoje esse projeto anda



devagar, quase parando. Existe o Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água, um projeto capitaneado pela ANA que não saiu das gavetas governamentais. O único programa exitoso que está em vigor hoje é o Água para Todos, programa coordenado pela Asa Brasil e pelo Ministério de Desenvolvimento Social com a construção de cisternas rurais.

Em relação à transposição do Rio São Francisco, eu tenho me posicionado contrário a essas questões há muito tempo. Faz 18 anos que eu estou ligado nessas questões.

Sou contra por quê? Porque a água do Rio São Francisco irá chegar onde já é abundante no semiárido. Vai abastecer as principais represas do Nordeste, represas nas quais, no seu entorno, as populações estão passando sede.

O problema do abastecimento das populações difusas não será resolvido com esse projeto. Essa população que hoje vive sendo assistida por frotas de caminhões-pipa vai continuar sendo assistida por frotas de caminhões-pipa. Em nosso modo de entender, é exatamente aí onde está a verdadeira indústria da seca. Esse projeto, uma vez sabido como vão fazer, irá pôr em risco todos os investimentos que já aconteceram na bacia. Para os senhores terem uma ideia: só no setor elétrico a CHESF investiu, com muita competência e por meio da saga de um povo, 13 bilhões de dólares. E eu costumo dizer: energia é sinônimo de desenvolvimento. Não podemos brincar com essas coisas, não.

Este é o projeto da transposição.

Não vou falar muito dele aqui, porque eu não tenho muito tempo. Esse projeto visa a retirada de 127 metros cúbicos por segundo do Rio São Francisco para supostamente atender a 12 milhões de pessoas, a um custo hoje estimado em 8,3 bilhões de reais.

Foi uma proposta feita com o atual Governador de Pernambuco, porque Pernambuco até então não tinha acesso à água do Rio São Francisco no projeto da transposição. Fizeram então uma solicitação para colocar a Adutora do Agreste para abastecer Caruaru, Gravatá, Bezerros, etc.

Essa foi a evolução dos custos do projeto, desde a época do Presidente José Sarney, do Ministro Aluizio Alves, etc. Naquela época, o projeto tinha um eixo apenas e custava 2,5 bilhões de reais. Na época de Fernando Henrique Cardoso,



ganhou mais um eixo e o Orçamento saltou para 4,5 bilhões. No Governo Lula, houve essa derivação da Adutora do Agreste em Pernambuco e o Orçamento saltou para 6,6 bilhões. Agora, no Governo Dilma, a coisa já está em 8,3 bilhões de reais. Sabemos que esse projeto é de médio e longo prazo e isso vai para 20 bilhões de reais. Eu não tenho dúvida com relação a isso.

Esta é a Bacia do Rio São Francisco.

Duas coisas que eu tenho que chamar a atenção dos senhores aqui: os desmatamentos desacerbados que já aconteceram na bacia, quando houve uma deposição de material de solo na calha do rio assoreando tudo — estão entendendo? — e a qualidade da água.

Aqui a Grande Belo Horizonte que despeja seus esgotos na calha do Rio São Francisco. Essa água fica de péssima qualidade...

Vou precisar só de mais uns minutinhos, Deputado.

Para os senhores terem uma ideia da qualidade da água do Rio São Francisco.

Na cidade de Januária, no norte de Minas Gerais, à beira do São Francisco, a sua população não bebe a água do rio. As prefeituras daquelas regiões mandaram construir poços profundos para a população tomar água desses poços. Por quê? Porque se a população fosse tomar água do Rio São Francisco estaria tomando um caldo de bactérias.

A cidade de Petrolina tem 70% dos seus esgotos tratados. As águas do Rio São Francisco, as que passam em Petrolina — e tenho acompanhado as análises sistemáticas que têm sido feitas pela COPESA —, tem áreas impróprias para o banho. Para os senhores terem uma ideia aqui está o índice de coliformes fecais exacerbados existentes nas águas em Petrolina.

Com o projeto da transposição do Rio São Francisco o que vão fazer? Vão pegar essa água e levar para os principais açudes do Nordeste, vão misturar essas coisas. Vejam o que vai acontecer: populações inteiras ao terem acesso a essa água vão ser acometidas de esquistossomoses, hepatites, todas essas “oses” aí, doenças veiculadas pela água. Isso vai acontecer.

O Rio São Francisco é um rio hidrologicamente pobre. Vejam: ele tem uma média histórica volumétrica de 2,8 mil metros cúbicos por segundo, numa bacia que



tem 640 mil quilômetros quadrados. Se fizermos uma comparação com o que ocorre no Rio Tocantins, por exemplo, rio que tem a mesma área de bacia, mas está na Região Norte, está na Bacia da Amazônia, vejam o que acontece: o Rio Tocantins tem cinco vezes mais volume, vaza 11,8 mil metros cúbicos por segundo. Então, o Rio São Francisco tem uma característica: ele corre 60% do seu leito em cima de um ambiente cristalino, em que seus afluentes são temporários. Daí a baixa vazão.

O Rio São Francisco já está apresentando sinais de debilidade hídrica. Em 2001, Sobradinho, represa construída no leito do rio, apresentou apenas 5% do seu volume. Tivemos que racionar energia naquele ano por conta desse baixo volume em Sobradinho. Atualmente, Sobradinho está com 23% da sua capacidade. E nesse projeto as autoridades vão iniciar o bombeamento de 26,4 metros cúbicos por segundo do Rio São Francisco atingindo os 65 metros cúbicos, a média do projeto, quando Sobradinho tiver com 94% do seu volume preenchido.

Aí nós fomos atrás do comportamento de enchimento de Sobradinho.

Em Sobradinho, os senhores podem notar aqui, existem períodos muito bons de chuva — este é um, este é um e este é um —, mas entremeados por períodos de secas.

Vejam esse quinquênio aqui, de 1999 a 2003. Sobradinho, nesse ano de 2001, só preencheu 5% do seu volume. Ou seja, chegamos à conclusão que Sobradinho, em 10 anos hidrológicos, enche em apenas 4 anos. É um projeto muito caro para se investir num rio que só vai ter volume em 40% dos casos.

Geração de energia elétrica.

Vejam só que problema sério nós vamos ter que enfrentar.

Xingó e Itaparica foram projetadas para ter, ambas, dez máquinas. Xingó, dez máquinas de 500 megawatts e Itaparica, dez máquinas de 250 megawatts. Ambas têm seis máquinas.

Vejam aí a fotografia de Xingó. Ela tem seis máquinas com quatro espaços físicos para se colocar mais tubulações e as máquinas geradoras de energia nesse ponto aqui. A CHESF não termina de motorizar Xingó porque se fizer isso o rio São Francisco não vai dispor de volumes para gerar energia nessas novas máquinas. Esta é a nossa realidade lá.



É um rio de múltiplo uso. Vejam só, ele é responsável por mais de 95% da energia gerada na região. Nós temos uma potência instalada de 10 mil megawatts. Essa potência gera, durante o ano, 50 milhões megawatts-hora e o Nordeste continua crescendo. Nós crescemos a uma taxa de 4% a 6% do PIB. As demandas de energia crescem dois pontos percentuais acima do PIB. Ou seja, se nós estamos crescendo a 4%, a 6%, a demanda de energia está crescendo de 6% a 8%. Nessa batida, em 10 anos, vamos ter de dobrar a nossa geração de energia. Ou seja, vamos necessitar não mais de 50 milhões de megawatts-hora, mas de 100 milhões de megawatts-hora. A pergunta que não quer calar: onde será gerada essa energia se a CHESF explorou, e com muita competência, todo potencial gerador do rio? Olha aí uma encrenca grande.

A Bacia do Rio São Francisco está completamente degradada. Com os desmatamentos, vejam o que aconteceu: bancos de areia no leito do rio.

Isto é uma sequência de fotos. Vejam só: isto aí é em Pirapora. Olha só que coisa: Isto é em Piranhas. Esta é a última.

Continuando os múltiplos usos do rio, temos 1 milhão potencialmente irrigáveis no Nordeste. Trezentos e quarenta mil já estão irrigados, e essa área cresce 4% ao ano. Temos projetos em carteira que ainda não saíram das gavetas, como é o caso de Irecê e Salitre na Bahia, ambos com 90 mil hectares; o projeto Pontal, em Pernambuco, com 10 mil hectares; o projeto Jaíba, concebido para ter 100 mil hectares, só tem 20 mil hectares implantados. Isso me preocupa muito porque estão falando em irrigar, no oeste de Pernambuco, tirando a água de Sobradinho, 85 mil hectares só de cana-de-açúcar. Eu não conheço cultura mais eficiente para pegar os gases atmosféricos, os nutrientes do solo e a luz solar e transformar em sacarose. Eu não conheço uma cultura mais eficiente do que cana-de-açúcar. Mas para fazer isso, meus amigos, ela precisa de muita, muita água, coisa que ela não vai ter no São Francisco.

Algumas preocupações: para bombear todo projeto da transposição do São Francisco, vai haver necessidade de 500 megawatts, uma turbina de Xingó só para atender o sistema de bombeamento do projeto, numa hora em que nós estamos com deficiência na geração de energia. Vejam, em 2010, as hidrelétricas da CHESF geraram 6 mil megawatts médios. A região necessitou de 8 mil megawatts médios.



Dois mil *megawatts* já tiveram de vir de fora do sistema CHESF para atender as necessidades do Nordeste.

Outra questão, população a ser beneficiada: 12 milhões de pessoas. Não vão ter essa população, e o Tribunal de Contas da União está questionando isso. Claro. O Setentrional nordestino tem 13 milhões de pessoas. Se você excluir daí a população já atendida pelo sistema de abastecimento, isso cai para 9 milhões. Onde é que estão esses 12 milhões?

Construção de 700 quilômetros de canais em 24 meses.

Isto é uma coisa que a gente precisa questionar. Em qualquer lugar do mundo, um projeto dessa envergadura constrói 100 metros de canais por dia. Ora, se nós temos 700 quilômetros de canais na transposição do São Francisco, se você construir 100 metros de canais por dia, você vai ter 7 mil dias. Meus amigos, 7 mil dias são 19 anos. Como é que eles querem fazer isso em 24 meses? Querem enganar a quem?

Desapropriação de uma área para agricultura familiar.

Realmente, estão desapropriando dois quilômetros e meio ao lado de cada canal desses. No Setentrional, já existem 74 mil hectares irrigados. A ideia é somar os 74 mil aos 191 mil hectares para perfazer um total de 260 mil hectares.

O IPEA fez um estudo de avaliação de volumes para atender essa área que estão querendo irrigar. O IPEA chegou à conclusão de que o São Francisco só dispõe de água para irrigação em torno de 50 mil hectares. Isto aqui é uma coisa que precisa ser questionada.

Evaporação e perdas casuais.

Vejam só, o Nordeste tem cerca de 37 milhões de metros cúbicos de água em seus açudes, volume equivalente a 16 baías de Guanabara. Os dois canais da transposição irão transportar 2 bilhões de metros cúbicos/ano para oito grandes represas que acumulam 13 bilhões e evaporam quatro. Quer dizer, vamos levar do São Francisco para as represas a metade do volume que ela evaporam.

A Região tem uma evapotranspiração exacerbada. São 2 mil milímetros por ano. A represa de Sobradinho, sozinha, evapora em seu espelho d'água, cerca de 200 metros cúbicos por segundo. O Açude do Castanhão evapora por ano 2 milhões de metros cúbicos d'água. Os canais irão transportar uma média de 26 metros



cúbicos por segundo, o que dá durante o ano 400 milhões. Isto representa mais ou menos um açude de médio porte e uma máxima de 127 metros cúbicos por segundo. São 2 bilhões de metros cúbicos de água que serão levados por esses canais durante o ano.

As autoridades afirmam que 37 bilhões de metros cúbicos d'água não irão resolver os problemas de abastecimento do Nordeste. Eu pergunto: 2 bilhões de metros cúbicos transpostos irão resolver? Obviamente não.

Outra coisa são as perdas casuais. Eu falo em roubo de água mesmo.

Isto aqui é uma adutora no Rio de Janeiro. A água do Rio Paraíba do Sul. Vejam só o que a população faz. Fazem buraquinhos e colocam essas mangueirinhas para utilizar água. Se fizerem isso no São Francisco, vai furar todo um projeto e aquele volume que chega lá na ponta talvez não aconteça mais.

Vejam só que loucura: o roubo de água.

Finalmente, o custo da água posto nos Estados. É uma água muito cara. Está previsto no EIA/RIMA que essa água chegue na ponta do projeto custando 13 centavos o metro cúbico bombeado. Ou seja, no Vale do São Francisco, a CODEVASF entrega a seus colonos a água a dois centavos apenas, cinco vezes menos. A pergunta que não quer calar: que agricultores paraibanos, cearenses ou norte-rio-grandenses vão ter condições de pagar essa água custando cinco vezes mais cara? Isso tem de ser questionado.

Em agosto de 2004, a SBPC promoveu uma reunião em Recife de 3 dias onde se discutiu transposições de águas entre grandes bacias hidrográficas. Nessa reunião, a SBPC conseguiu reunir 40 dos principais expoentes da hidrologia nacional. Esse pessoal passou 3 dias em Recife e os volumes do São Francisco foram estudados nas suas minúcias.

Olhem aí a conclusão a que chegaram os técnicos: o São Francisco, naquela época, em 2004, só dispunha de 360 metros cúbicos por segundo. E, pasmem, já havia 365 metros cúbicos por segundo outorgados. Já havia direito ao uso da água. O São Francisco, em 2004, só dispunha de 25 metros cúbicos por segundo. A ANA outorgou para o projeto 26,4, um pouco mais, mas ficou nessa média.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Vou interromper um pouquinho — V.Sa. vai continuar —, só para anunciar aqui a presença do



Chambinho do Acordeon, homenageado agora. Ele participou das homenagens e debates sobre os 100 anos do Gonzagão, a importância de Luiz Gonzaga para a cultura brasileira. Ele estava participando aqui do lado. Sabia que estávamos discutindo questões do Nordeste, da Caatinga, da interface que isso tem com a cultura popular nordestina. Então, ele veio aqui nos prestigiar.

Eu quero agradecer ao Chambinho a presença nesta reunião. Sei que você tem um compromisso agora. Ficamos muito honrados e estamos aqui discutindo justamente o problema do semiárido, as soluções, as grandes questões que envolvem hoje grande parte da população nordestina.

**O SR. CHAMBINHO DO ACORDEON** - Bom dia ou boa tarde, porque já deu meio-dia. Eu sou nascido em São Paulo, mas eu me criei em Jaicós, Piauí, que fica pertinho da divisa com Pernambuco. Jaicós vive nesses últimos 50 anos, e nunca teve isso, uma seca absurda.

Eu quero parabenizá-los pela iniciativa. A minha família lá no interior foi casando primo com prima. Resultado: tem mais ou menos uns 700 lá que dependem de carro-pipa, dependem de muita coisa porque é aqui em Brasília que manda.

Então, espero soluções e agradeço imensamente. Eu represento Luiz Gonzaga no cinema. Não sei se alguns de vocês assistiram ao filme *Gonzaga - De Pai para Filho*. Luiz Gonzaga denunciava naquela época a seca. Tinha até uma música: *"Seu doutor, os nordestinos têm muita gratidão pelo auxílio dos sulistas nessa seca do sertão. Mas, doutor, uma esmola a um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão."*

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Podemos dar continuidade.

Para finalizar, tem a palavra o Sr. João Suassuna.

**O SR. JOÃO SUASSUNA** - Os técnicos da SBPC enxergaram as deficiências do São Francisco e fizeram uma proposta na época: que o Nordeste teria que construir uma infraestrutura hídrica para ir atrás das águas que já existem na região e essa infraestrutura deveria vir de jusante para montante. Ou seja, do Setentrional para a bacia exportadora de água, no caso, a Bacia do São Francisco.

E, para surpresa nossa, em dezembro de 2006, a ANA editou o Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Águas. A ANA identificou fontes hídricas





interessantes no Nordeste que pudessem fornecer água nas demandas previstas pelos cidadãos. E aí está o projeto no Estado de Pernambuco.

Este é o projeto da ANA no Estado de Pernambuco, através de adutoras, uso de tubulação, inclusive tirando água do São Francisco, o que não é proibido.

Esta é da Paraíba. Tudo com adução de água, mostrando o que era interessante desse projeto. Uma coisa interessante é que o projeto da ANA, o Atlas Nordeste, custa menos da metade do previsto na transposição do São Francisco. A transposição do São Francisco visa o abastecimento de 12 milhões de pessoas. O projeto da ANA tem uma abrangência social muito maior: visa o abastecimento de 34 milhões de pessoas custando metade do custo.

Aí a gente se pergunta: na hora de colocar esses programas para o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento do nosso País... Foram atrás do projeto mais caro. Isto é uma coisa absurda. Não pode ser dessa forma. Priorizaram a transposição do São Francisco. E pior, no projeto que vai ser feito, o povo que mora de forma difusa no Nordeste não vai ver a cor de uma gota da água do São Francisco.

Aqui podemos ver que o projeto saiu do papel.

Precisamos entender que os ambientalistas já identificaram quatro núcleos de desertificação no Nordeste: um em Irauçuba, no Ceará; um em Gilbués, no Piauí; um no Seridó, no Rio Grande do Norte. E pasmem, os dois canais da transposição estão saindo de Cabrobó, que é um núcleo de desertificação formado em Pernambuco.

Essas são algumas fotos do início da transposição. O que o Exército Brasileiro está fazendo, no meu modo de entender, com a construção dos canais de aproximação, é apenas agravar uma situação de desertificação que se encontra em curso.

Essas aí são as máquinas pesadas trabalhando no projeto. Essa cor cinzenta que os senhores estão vendo é o cristalino nordestino. Para se cavar um canal nessa situação, tem que usar explosivos, que estão destruindo a casa do povo. Os impactos das explosões racha tudo. É um absurdo!

Vejam a lenha que é tirada da Caatinga, numa hora em o processo de dissertação está em curso. Esta é a Barragem de Tucutu, no eixo norte. Este aqui é



o canal de aproximação. No projeto de transposição, que ainda não recebeu água do São Francisco, já está nessa situação: canais e trechos inteiros precisam de reparos.

A mensagem final, senhores, é a seguinte: o recurso hídrico do Nordeste existe em cada Estado, faltando apenas o seu indispensável gerenciamento para a satisfação das necessidades do povo. Inicialmente, é fundamental a exploração de volumes disponíveis, pondo-se em prática as propostas existentes no Atlas Nordeste: Abastecimento Urbano de Água e também o programa da ASA de 1 milhão de cisternas, programa hoje que já está com 500 mil cisternas implantadas. Uma cisterna de 16 mil litros fornece água de boa qualidade para beber e cozinhar para uma família de 5 pessoas, captando água das chuvas, sobretudo priorizando o plano de revitalização da bacia do Rio São Francisco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Muito bem, professor!

Nós vamos chamar agora o nosso mestre, Prof. Antonio Rocha Magalhães, Coordenador Internacional sobre Climas e Sustentabilidade das Regiões Áridas e Semiáridas da Organização das Nações Unidas – ONU.

Enquanto ele se dirige para fazer a sua palestra, quero registrar, só para efeitos históricos, não só o meu posicionamento, mas a do partido de que sou Líder, o Partido Verde. Sempre fomos contra as transposições nos moldes apresentados. Fizemos discussões a esse respeito. O Atlas da Agência Nacional de Águas foi importantíssimo, foi uma das coisas sobre a qual nós nos debruçamos, e, eu acho que a mando do próprio Governo, eles recolheram a exposição do Atlas da Água feita aqui.

Concordo plenamente com aquilo que já foi falado aqui sobre os questionamentos da transposição. Também quero dizer que, quando Ministro do Meio Ambiente, presidi um encontro internacional realizado em Recife, tive oportunidade de visitar as ONGs que estavam fazendo um evento paralelo, quando me foi apresentado o programa da ASA de 1 milhão de cisternas. Tenho a vaidade de dizer que foi durante o meu Ministério que demos consistência ao projeto da ASA, que mais tarde começou a ser implantado.



**O SR. JOÃO SUASSUNA** - Deputado, eu lancei recentemente um livro, no VII Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação, e nele consta um capítulo intitulado *Coronelismo Hídrico na Transposição da Água do São Francisco*. Eu trouxe alguns exemplares para V.Exa. distribuí-los depois à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

Com a palavra o Professor Antônio Rocha Magalhães. S.Sa. tem até 15 minutos.

**O SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES** - Muito obrigado, Deputado Sarney Filho. Quero inicialmente agradecer o convite e a oportunidade. É uma honra estar aqui hoje.

Eu vou fazer uma pequena apresentação. De qualquer forma, teremos tempo para debate. Eu vou me centrar mais na questão da seca propriamente dita e das políticas.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu só queria complementar inicialmente a informação que está nessa linha. Eu atualmente trabalho no CGEE, que é o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, uma organização social ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Sou diretor dessas conferências internacionais Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento, uma delas foi a ICID+18. Alguns estiveram lá em Fortaleza, em 2010, e conferências subsequentes em vários lugares do mundo. Atualmente, eu estou presidindo o Comitê de Ciência e Tecnologia da Comissão de Combate à Desertificação das Nações Unidas.

Vamos falar um pouco sobre as secas. A primeira é a seca atual, de 2012. Na primeira apresentação feita aqui hoje pelo Rafael ele mostrou muito claramente as dimensões dessa seca e as ações que estão sendo feitas. Portanto, eu não vou me prender a essa questão, mas talvez só para dizer que realmente é uma das secas mais severas dos últimos 40 ou 50 anos com redução de mais de 50% nas chuvas.

O grande problema das secas, como em todas elas, é a distribuição irregular. Nós temos exemplos de secas — eu não vou citá-las aqui para não demorar muito tempo — em que a mesma quantidade de chuvas, durante o período de seca, com uma distribuição significa uma seca severa e com outra distribuição pode significar



até uma não seca, do ponto de vista de acumulação de água e do ponto de vista de produção agrícola.

Aqui são os impactos da seca atual, sobretudo os impactos relativos às perdas se safras. No caso do Ceará, por exemplo, a estimativa é de cerca de 70% de perda da safra. E aí incide, sobretudo, sobre a agricultura de sequeiros, dos pequenos produtores, mas também dos grandes produtores no caso. Há Municípios que perderam até 85% das safras.

O grande impacto atual é a falta de água — isso não difere das secas antigas —, perdas de forragens, abastecimento alimentar para os animais, o que tem levado a quadros muito difíceis de mortandade dos animais.

Temos visto algumas fotografias na televisão. Ontem mesmo vimos uma reportagem de um quadro que esperávamos que tivesse sido superado, e não está, porque é possível melhorar o abastecimento alimentar para as populações, mas no caso dos animais, apesar dos esforços que foram feitos, por exemplo, de levar milho do Centro-Oeste, etc., não conseguimos evitar o desastre.

A seca atual conta com alguns programas que não foram feitos especificamente para seca, com exceção do Bolsa Estiagem, mas programas de proteção social que se revelaram como tendo um grande efeito em relação à redução da vulnerabilidade social das populações das secas. Nós já vimos aqui as soluções que têm sido feitas, o Governo Federal espera chegar até 5 mil carros-pipa. E eu lembro que, em 1987, durante um tempo maior, fui Secretário de Planejamento no Estado do Ceará. Era o primeiro ano de Governo, coincidiu de ser um ano de seca, e eu fui o Coordenador-Geral das ações de seca. E um dos objetivos que colocamos foi o de que precisávamos acabar com carros-pipa.

É com muita tristeza que hoje vemos que o Governo Federal pretende chegar a 5 mil, mais os 2 mil dos Estados, cerca de 7 mil carros-pipa. Melhoraram algumas coisas, mas o problema da vulnerabilidade hídrica das populações dispersas continua.

O Programa Garantia-Safra é relativamente novo, acho que começamos a discutir isso naquela seca de 1987. Hoje é uma realidade, complementado com o Bolsa Estiagem e os créditos emergenciais em funcionamento.



O que gostaria de discutir um pouco, e talvez possamos aprofundar na fase de debates, é o que mudou nesta seca atual em relação às secas anteriores. Em primeiro lugar, impactos sociais. Temos aquele quadro clássico de quando há uma seca imediatamente cessa a ocupação das pessoas que dependem da agricultura, há desocupação, diminui a oferta de água e de alimentos, há sede, fome. Na história há os casos clássicos dos romances, do Rodolfo Teófilo, por exemplo, em que situações reais aconteceram, mortes e, às vezes, migrações desastrosas.

Bom, essa situação mudou. Temos que admitir que mudou, e mudou para melhor, em função de um conjunto de políticas públicas e de políticas de proteção social que foram realizadas, porque hoje o Semiárido está muito mais habitado do que antes, e realmente os impactos sociais diminuíram. Diminuíram, mas não acabaram. O problema está lá. Então, temos que continuar com a preocupação.

A questão dos impactos políticos. Nós sabemos que a seca tem impactos políticos, tanto do uso político dos recursos da seca quanto em secas clássicas, extremas, no Nordeste. Elas não atingem só os pequenos, elas começam atingindo os pequenos, mas chega um ponto em que os grandes produtores também se desestruturam, perdem os rebanhos e muitas vezes também chegam a desistir da seca.

E isso teve um impacto, historicamente, em relação até a quebrar a força do poder político que tem sua origem na propriedade da terra, por exemplo. O Ceará é um caso bastante clássico, porque foram as secas que diminuíram, digamos, o poder das oligarquias rurais do Semiárido e que permitiram que oligarquias urbanas passassem a exercer o poder no Estado.

Os impactos econômicos, sobretudo o impacto sobre a agricultura, no passado, eram impactos muito mais severos, porque a agricultura representava 30%, 35% do Produto Interno da região. Hoje a agricultura representa 7%. Então, o impacto na economia caiu como um todo, não podemos negar. No entanto, essa agricultura que representa apenas 7%, ainda continua empregando quase 30% da mão de obra rural.

E aí sim se coloca o grande problema, não só da seca, mas do grande problema do desenvolvimento do Nordeste. Ou se quiserem, podemos dizer do



subdesenvolvimento do Semiárido. Quer dizer, o nosso Nordeste continua sendo o depositário da grande pobreza brasileira e a fonte dessa pobreza.

Mesmo quando vamos para São Paulo, ou Rio de Janeiro, ou Brasília, vamos ver de onde vem a pobreza que está aí. E, muitas vezes, vem do nosso sertão.

Os impactos ambientais. Os impactos ambientais realmente existem, eles levam à degradação de terra. A seca agrava os problemas de degradação e de desertificação quando associados à ação humana, que foram questões mencionadas por vários dos que me antecederam.

Outra coisa que mudou bastante ao longo do tempo foram também as políticas públicas. O Nordeste, a nossa região, tem mais de 150 anos de experiências de políticas públicas. As secas influenciaram as políticas públicas da região, as políticas de desenvolvimento, influenciaram a cultura — acabamos de ver uma apresentação do nosso sanfoneiro e a menção ao nosso querido Luiz Gonzaga —, influenciaram tudo.

Mas essa experiência é muito importante, nós acumulamos essa experiência e evoluímos. E coisas importantes aconteceram. Hoje nós temos experiências bem-sucedidas e não bem-sucedidas. Eu quero registrar que muitas das críticas feitas, como as que foram apresentadas aqui hoje, foram muito importantes para o aperfeiçoamento dessas políticas públicas, como, aliás, foi realçado pelo Deputado Sarney Filho.

O que mudou ao longo do tempo? Mudaram as políticas públicas. A grande novidade na seca atual realmente é o efeito dos programas de transferência de renda, sobretudo o Bolsa Família. Mas não só o Bolsa Família, porque ele se junta com os programas de aposentadoria rural, com o emprego público proporcionado pelas Prefeituras depois que passaram a contar com os recursos dos Fundos de Participação dos Municípios. Há críticas de que se pode fazer isso. Mas, sem dúvida, ele tem um papel de proteção social em nível local. E dos vários programas, no caso, não podemos reconhecer os progressos feitos no gerenciamento dos recursos hídricos na nossa região.

Aqui foi mencionado com bastante ênfase o caso do Ceará, e talvez seja o caso que mais avançou, mas, em geral, com o próprio papel que a ANA desempenha em âmbito nacional em direção ao gerenciamento integrado, e



reconhecendo a água como um fator escasso, gerenciando a oferta, a demanda, e assim por diante.

As políticas de emergência variaram ao longo desse tempo. Sabemos que inicialmente, para os que leem a história das secas de 1877, 1900, 1915, 1919, 1932, mesmo a de 1958, havia ênfase muito grande no atendimento aos flagelados. Mesmo de 1979 a 1983 ainda houve muito disso. Mas, inicialmente, só havia essa parte de atender diretamente as pessoas que precisavam de água ou de comida. As frentes de trabalho evoluíram muito ao longo do tempo também. Infelizmente, não podemos nos estender aqui.

Eu quero mencionar que na primeira seca no Governo do Presidente Sarney, em 1987, houve mudanças muito significativas na forma como encarar a seca. Foi seca em que eu estive mais envolvido, do ponto de vista de gerenciamento, houve avanços em relação à questão de participação, de mudar o enfoque, em vez de ser apenas de cima para baixo, de realmente ser uma coisa que envolva a participação local e de enfrentamento dos problemas da chamada indústria da seca.

A questão dos carros-pipa. Essa já existe há bastante tempo, mas também tem tido alguns progressos significativos. Por exemplo, a invenção do GPS nos carros-pipa tem começado a evitar muitos dos problemas de desvios que conhecíamos ao longo do tempo. Então, há problemas, mas há muitos progressos.

O sistema de Defesa Civil do Brasil é estruturado, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional — foi aqui mencionado o papel dos Estados e dos Municípios —, agora, é um sistema que não conta com um fundo de recursos permanentes. Quando há um problema, ele tem que disputar os recursos do orçamento. Talvez esse seja um dos grandes problemas nesse sistema.

Precisamos ver também, quando falamos de como enfrentar o problema das secas, há o problema de melhorar o atendimento às populações necessitadas. Essa é uma coisa.

Outra coisa é como reduzir a vulnerabilidade das secas com ações definidas basicamente pela existência do problema das secas. E o problema — acho que é um programa de sucesso o de acumulação de água no Nordeste —, como todos os problemas que existem, sem desconhecer... Mas o que se fez em termos de



acumular a água no Semiárido foi extraordinário, que permite outro nível de civilização no interior da região. Então, houve muitos avanços.

E há um terceiro nível de ações, que são as ações de desenvolvimento regional, que embora não sejam definidas especificamente em função da seca, elas resultam na redução da vulnerabilidade das secas. Então, quando estudamos a questão da seca, temos que considerar, portanto, o papel de todas essas formas de políticas públicas para o Nordeste e de todas as suas instituições.

Por exemplo, o DNOCS foi uma instituição criada em função das secas, em 1909, na mesma época em que foi criada a instituição nos Estados Unidos, o Banco do Nordeste, a SUDENE. E uma coisa muito importante nos últimos 40, 50 anos foi o aparelhamento dos Estados. Os Estados hoje não são mais meros repositórios ou receptores de ações, mas são os agentes mais importantes em relação ao desenvolvimento e às secas.

Para reduzir a vulnerabilidade, portanto, não é necessário apenas combater os efeitos das secas, mas promover o desenvolvimento regional, como foi feito. Aí entram as várias políticas de desenvolvimento regional e nacional. Acabamos de falar do Bolsa Família, que é uma política nacional de proteção social para os mais pobres que atende às populações pobres do Nordeste que na época de seca estão se revelando, estão substituindo as frentes de trabalho, de forma muito significativa. O grande problema é que persiste a pobreza.

Quero falar um pouco agora sobre o Brasil e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação só para lembrar, portanto, que esses problemas que estamos debatendo são comuns a outras partes do planeta. Neste ano em que estamos enfrentando esta grande seca também é um ano de grandes secas em várias outras partes do planeta e que resultam em situações muito difíceis, particularmente para a África.

Quarenta e um por cento do território do planeta é composto de áreas suscetíveis a processos de seca e desertificação. Isso cobre mais de 2 bilhões de pessoas, mais de 30% da população, e é aí que se localiza a pobreza mundial.

Então, o que observamos aqui no Nordeste é também o quadro mundial. Em alguns lugares, muito mais sério do que aqui. Mas, ao mesmo tempo, como também já foi mencionado, acho que pelo Chico Campello, há muitos potenciais. Essas áreas





secas têm contribuição muito grande para a produção de alimentos, como por exemplo, para a pecuária.

As áreas suscetíveis no Brasil são particularmente as do nosso Semiárido. Não vou mencionar as ações ligadas à Convenção de Combate à Desertificação. Mas dentro daquele quadro mais geral que eu apresentei, há o Programa PAN/Brasil e os programas de combate à desertificação. O PAN-Brasil é um programa que sabemos enfrentar problemas de implementação muito sérios.

Gostaria de mencionar a questão institucional, voltada para o Semiárido. Acho que essa é uma área que precisamos melhorar bastante, porque apesar dos avanços institucionais que mencionei, que nós discutimos, ainda não estamos tratando de forma adequada a questão do Semiárido, do combate à desertificação, e precisamos avançar nisso.

Só para dar um exemplo, há três chamadas Convenções do Rio: a Convenção de Mudanças Climáticas, de Biodiversidade e de Combate à Desertificação. Mudanças Climáticas e Biodiversidade têm Secretarias Nacionais com equipes treinadas e dedicadas. Combate à Desertificação não tem uma Secretaria Nacional — não tivemos hoje aqui a presença do seu diretor —, e devemos dizer que é uma diretoria informal, porque ela não está no organograma do Ministério e não tem uma equipe realmente preparada. Enfim, há espaços muito grandes para melhoria, e reconhecendo isso é que se pode caminhar.

Eu gostaria de informar sobre a II Conferência Científica das Nações Unidas sobre Secas e Combate à Desertificação. O Brasil apresentou uma candidatura para sediar essa conferência, ainda depende de decisões, mas ela provavelmente se realizará no Brasil, no Nordeste, em fevereiro do próximo ano. E aí se pretende aprofundar as discussões em âmbito mundial, com casos de nível mundial, sobretudo focando na questão da economia do combate à desertificação, da economia da convivência com o Semiárido. Mas também se faz uma discussão muito interessante sobre os custos de não ação. A ideia geral é a de que não fazer nada acaba resultando em prejuízos muito maiores.

Eu gostaria só de acrescentar um item oito ali, que é uma conferência de alto nível, de nível ministerial, que o Ministério da Integração Nacional está apoiando,



mas é uma Conferência das Nações Unidas também, da Organização Meteorológica Mundial, de políticas nacionais sobre secas.

Os Ministros do mundo inteiro vão se encontrar em março, em Genebra, nesse encontro de alto nível sobre políticas nacionais de secas com a ideia de produzir uma orientação da ONU para todos os países, a fim de que esses países realmente integrem as suas políticas sobre secas, e integrem nos seus planejamentos nacionais.

Hoje, por exemplo, só para informação, apenas um país no mundo tem uma política integrada sobre secas, a Austrália. Há outro país que elaborou uma política dessas, mas não conseguiu aprovar no seu Congresso, os Estados Unidos. A maioria possui elementos importantes dessas políticas, mas não tem a política integrada, que é o nosso caso.

Aqui eu só quero fazer uma referência sobre as conferências de ICID, na ICID+18, muitos participaram dela em Fortaleza, que reuniu pesquisadores do mundo inteiro; depois houve uma na Argentina, onde o Deputado Sarney Filho participou representando o Brasil; ICID Mendoza, em 2011; e uma na África, em Niamey, com o objetivo de tentar elevar o nível de conscientização e de prioridade para a problemática das secas, para a problemática das populações que sofrem com as secas e das regiões secas.

Isso teve um efeito, pelo menos contribuiu para esse efeito. O documento oficial aprovado pelos chefes de Estados da Rio+20 tem cinco parágrafos que dizem respeito. Os §§ 205 a 209 refletem contribuições na questão das secas. E uma dessas propostas, aprovadas na Rio+20 é de que deveríamos buscar uma situação de degradação neutra, ou seja, parar com a degradação das terras e da desertificação. A degradação consome o capital mais precioso que temos para a vida.

Sobre a situação no mundo e a situação no Brasil, eu só queria fazer menção à consciência que existe dessas questões e à prioridade que as instituições e os governos atribuem ao problema das regiões secas. No mundo, essa prioridade é marginal. Eu penso que, pelo fato de ser pobre, a maior parte desses países da África, da Ásia tem o problema, mas não tem o poder de se fazer ouvir. Tanto que na ICID uma das recomendações foi que deveríamos buscar, e o Brasil poderia



liderar isso, formar alianças desses países para ter mais voz nos grandes fóruns mundiais. Essa situação também se reflete no nosso País. Se observarmos, ainda não temos uma política integrada sobre secas, não temos uma política de desenvolvimento sustentável eficiente, com recursos, com instituições adequadas, para o Semiárido.

Para concluir, eu queria dizer que é preciso que as políticas sobre secas sejam integradas no contexto de políticas de desenvolvimento sustentável mais amplas, que tenham como objetivo principal reduzir vulnerabilidades — e aí há várias formas de reduzir as vulnerabilidades sociais, econômicas, ambientais — e vejam a seca como um risco permanente, porque ela está sempre aí, e que elas sejam integradas no processo de planejamento, implementação, desenvolvimento.

Há experiências metodológicas interessantes no Brasil. O Projeto Áridas é uma delas. Ele procurou desenvolver metodologicamente como todas essas questões podem ser integradas, inclusive o risco de secas e de mudanças climáticas, sobre o que eu não falei. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, os impactos maiores serão nas regiões secas. Há soluções, há metodologias, o que falta realmente é mais conscientização e priorização para a problemática dessas regiões.

Eu gostaria de agradecer e de pedir desculpas por ter esgotado o tempo.  
(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Antes de iniciarmos o debate, eu gostaria de agradecer a todos os expositores e de parabenizá-los. Achei esta audiência pública muito rica em análises e propostas. Foi muito esclarecedora. Tivemos pontos de vista divergentes, convergentes, alternativos. Pudemos observar que essa questão tem diversas abordagens.

Vou determinar à Secretaria da Comissão que edite um DVD para distribuímos aos Deputados membros da Comissão e aos interessados. Já estão na Internet essas nossas conferências, mas vamos facilitar para os que quiserem ter acesso às palestras hoje aqui proferidas, que foram muito importantes.

Basicamente, concordo com as análises feitas aqui pelo Dr. João Abner Guimarães Júnior e pelo Prof. João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim



Nabuco, no que diz respeito à transposição do Rio São Francisco. Acredito que, mesmo sendo contra a transposição, como nós somos, deveríamos ter...

O Governo, que está gastando uma fortuna nessa obra física, já deveria ter feito, como pré-requisito, a revitalização do rio. Foi dito aqui que a transposição pode não ser só de água, mas de doenças também. É muito importante que saibamos disso. Não é possível que queiramos fazer mais uso ainda de um curso d'água já bastante usado, e não cuidemos do saneamento, da revitalização do rio.

Não é de hoje que vemos a degradação do São Francisco: cidades ribeirinhas que despejam esgoto *in natura*, vegetação das margens dos rios completamente afetadas. O Rio São Francisco precisa realmente de um olhar especial das autoridades, não só do Governo Federal, mas dos Governos Estaduais e Municipais.

O Prof. Antonio Rocha Magalhães, o nosso mestre, pessoa respeitada e admirada internacionalmente, abordou um aspecto diferente dessa questão, inclusive com os reconhecimentos, que eu também acolho, sobre as políticas governamentais que ajudaram a diminuir realmente a vulnerabilidade social.

Também quero agradecer aos membros do Governo, que aqui explicitaram, de uma maneira muito clara, o seu papel e, evidentemente, deixaram claro que existe uma preocupação por parte do nosso Executivo.

Eu continuo a insistir que acho que o Governo Federal não tem unicidade de ideias, de propostas nessa questão, não só na questão da desertificação. Eu concordo plenamente com o Prof. Magalhães no que diz respeito a dizer assim: que a desertificação é tratada como primo pobre, de uma maneira discriminada no que diz respeito às grandes questões ambientais levantadas pela conferência do Rio.

Evidentemente que isso tem a ver com as regiões afetadas. Se fosse a Região Metropolitana de São Paulo, nós teríamos um tratamento diferente. Se fosse a região agrícola do Rio Grande do Sul, do Paraná ou de Santa Catarina, certamente o combate à desertificação estaria num outro estágio. Como é fornecedor de pobreza para o Brasil a nossa Caatinga, o nosso Nordeste, infelizmente há essa discriminação, que começa a ser enfrentada. Nosso papel é contribuir para o enfrentamento dessa discriminação.

Eu, na realidade, aprendi muito, gostei muito. Eu não tenho grandes dúvidas porque eu já conhecia o assunto. Eu sei que, realmente, o atlas do Nordeste de



abastecimento urbano era uma opção muito melhor do que a transposição. Sabemos da proporção.

Nós fizemos muita discussão aqui a esse respeito, não somente a Frente Parlamentar Ambientalista, da qual sou Coordenador, mas a Comissão de Meio Ambiente, o próprio Partido Verde. Fomos a Estados, fizemos reuniões. Fomos solidários ao bispo que fez greve de fome. Qual é o seu nome? Eu me esqueci. *(Pausa.)* Sim, Dom Luiz Cappio. Fomos lá fazer uma visita de solidariedade, o nosso partido.

Enfim, eu acredito que não deveríamos ter caminhado por essa vertente. No entanto, essa é uma vertente que já existe, já é realidade. O que temos de fazer realmente é tentar tirar dessa decisão o melhor proveito possível para as populações.

Fica cada vez mais claro que a transposição do São Francisco visa muito mais o interesse econômico do que o interesse social. Nesse aspecto, acho que ficou bem claro isso. É nosso dever, do Congresso, chamar a atenção para esse assunto e tentar fazer com que haja uma nova visão, uma nova proposta dentro daquilo que está sendo feito para atingirmos as populações que realmente necessitam da água para sua sobrevivência, para seu uso.

Agora, sendo bastante prático, eu tenho uma pergunta para o representante do Ministério da Integração, Rafael Schadeck, que aqui está.

Acompanhei, durante esses últimos 4 anos, dois eventos climáticos diferentes no meu Estado, o Maranhão: enchentes e seca. Em ambos, o Estado recorreu à Defesa Civil, ao Ministério da Integração, e os recursos demandados naquela emergência chegaram com muito atraso. Alguns nem saíram.

Desta vez, eu mesmo, como coordenador da bancada, acompanhei a Governadora Roseana junto à Presidente Dilma. A Governadora esteve semana retrasada aqui. Não entrei na sala porque a audiência era só com ela. Fiquei na porta esperando o resultado. Um dos assuntos de que ela foi tratar com a Presidente Dilma foi justamente os recursos da emergência que ainda não tinham saído.

Agora, na exposição, eu vi que cada Estado recebeu em torno de 10 milhões. Foi uma quantia fixa.



São duas perguntas. Primeira: não há como melhorar essa burocracia? O que é preciso fazer para que haja mais agilidade? Se não chegam na hora da emergência, depois perdem o sentido. E também, dentro desse aspecto da emergência, não seria o caso de haver uma maior interação entre o Município, o Estado, o Governo Federal e o Ministério da Integração para atender mais rapidamente a essas demandas legítimas?

No que diz respeito ao representante do Ministério do Meio Ambiente, que não pôde ficar aqui porque teve problema de saúde, vou pedir depois por escrito algumas explicações, inclusive sobre não termos ainda uma diretoria formal. Por que isso está ocorrendo? Qual é o problema? O que é preciso?

Agora, nós colocamos 80 milhões para desertificação. Deixe-me ver aqui a emenda. Justamente, Dr. Magalhães, a nossa emenda foi para *“Identificação, Diagnóstico e Combate aos Processos de Desertificação — AJUSTE O SUBTÍTULO — PAN BRASIL — Nacional”*. Ano passado, nós também aprovamos na Comissão de Meio Ambiente a mesma quantia para a Comissão de Orçamento, como emenda da Comissão. Se não me engano, nada foi liberado desse dinheiro aprovado.

Este ano, nós vamos, de novo, colocar a emenda. Já votamos, já foi aprovada. Foi uma sugestão formal minha, mas que teve o apoio do Edson Duarte, nosso companheiro do Partido Verde, ex-Deputado, ex-Líder, um lutador nessa causa. Ele sempre está atento a essa questão. Colocamos agora de novo e foi aprovada.

Então, é importante que saibamos por que isso não foi resolvido.

Por último, uma curiosidade sobre esse encontro internacional. Qual seria o nome, Prof. Magalhães? O senhor falou desse encontro de fevereiro.

**O SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES** - Segunda Conferência Científica.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Segunda Conferência Científica. Parece-me que houve um problema. Está havendo um problema ainda. Há algum problema nessa realização? Não houve um concatenamento dos órgãos? Parece-me que era preciso uma sinalização. Isso já está resolvido? Ou não chegou a existir? É só para sabermos o que está ocorrendo.

No mais, não tenho perguntas.



Vou passar a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago. Logo após, cada um dos presentes vai usar a palavra, para finalizar. E aí, inclusive, se quiserem algum esclarecimento dos presentes, entre si, não haverá problema. Estamos gravando. Isso vai servir até para enriquecer o nosso debate.

O Deputado Paulo Rubem Santiago com a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Obrigado, Deputado Sarney Filho.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar V.Exa. por esta iniciativa, cumprimentar os expositores, cumprimentar os participantes.

Como Deputado — V.Exa. pode nos ajudar nessa informação —, nós nos desdobramos na participação simultânea em algumas audiências. Eu cheguei bastante cedo aqui no plenário desta audiência pública, tive que participar de outras duas audiências, mas venho a algum tempo me manifestando, como Deputado desta Casa, especialmente, hoje, como Líder do PDT, na Comissão Mista de Orçamento, acerca do que realmente acontece, do que realmente deve ser feito para que nós superemos mais essa situação que hoje coloca o Nordeste e o Semiárido numa situação grave, com essa prolongada estiagem.

Nós publicamos recentemente, fruto de uma avaliação que fizemos da execução orçamentária do Ministério da Integração, este pequeno artigo, que já foi disponibilizado na Comissão de Orçamento, intitulado *Seca. A calamidade é outra*. Eu quero, de uma forma muito simplificada, externar por que é que nós focamos num outro aspecto a discussão da seca e da estiagem e não na discussão clássica das questões ambientais, das questões de desenvolvimento regional, dos contratos, dos convênios, das conferências, dos documentos dos quais o Brasil é país signatário. Primeiro, porque eu estou convencido de que nada explica, justifica ou nos convence da nossa incapacidade, da nossa imprudência ou da nossa imperícia em nos anteciparmos às consequências dessa estiagem, como também nada nos convence, em pleno século XXI, da incapacidade técnica, da incapacidade científica de o Poder Público agir preventivamente e garantir a sobrevivência e a sustentabilidade dessas populações que vivem no Semiárido.

Nós não estamos na Antiguidade, na Pré-História, nós estamos em pleno século XXI. O Brasil é ator, é partícipe, é protagonista, é signatário de conferências,



de congressos, de foros internacionais, de declarações e compromissos que sinalizam diagnósticos, relatórios, avaliações e proposições para o enfrentamento dessa questão da seca no nosso continente, da seca no nosso País. Nós dispomos de saberes das comunidades rurais, das comunidades acadêmicas, dos institutos de pesquisa, tecnologia, que nos dariam, como podem nos dar, as bases para a construção de outra política de enfrentamento dessa realidade, dentro do escopo de outra política de desenvolvimento regional.

Na verdade, se esse episódio atingisse outras esferas de atividades econômicas do nosso País, nós estaríamos com todas as redes nacionais de rádio e tevê dando destaques pela manhã, à tarde e à noite, com estão dando ao julgamento desse goleiro do Flamengo, no caso dessa moça que foi assassinada ou não teria sido assassinada. É uma *overdose* de notícia sobre um caso. Se nós estivéssemos convivendo com uma chuva ácida sobre o pátio das montadoras de veículo de São Bernardo do Campo, corroendo a pintura, corroendo a lataria dos veículos, seria um escândalo internacional. Se nós estivéssemos vivendo um problema de contaminação gasosa que corroesse os *chips* dos computadores dos bancos e conseqüentemente isso jogasse para o espaço os ativos dos bancos, seria um escândalo internacional. Se nós estivéssemos convivendo com um problema que atingisse em cheio o produto do agronegócio, que é a base da nossa balança comercial, a situação seria outra. Como nós estamos convivendo com uma situação que se repete há séculos que atinge uma região mais pobre e, nessa região, populações mais pobres, é como se nada estivesse acontecendo no nosso País!

E qual é a resposta que nós temos que dar à população quando o Congresso Nacional, como bem lembrou o Deputado Sarney Filho, aprova orçamento para o Ministério da Integração, aprova orçamento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, aprova orçamento para o Ministério da Ciência e Tecnologia, aprova orçamento para a EMBRAPA, aprova orçamento para o Ministério da Agricultura, e quando nós investigamos a execução orçamentária? Eu resumi aqui, em alguns dos programas. Chegamos a essa situação ridícula. Isto aqui é uma calamidade, isto aqui é desídia da autoridade pública federal no cumprimento da sua responsabilidade. O Programa Integração das Bacias Hidrográficas só teve 7,51% das dotações previstas executadas. Para o Programa Infraestrutura Hídrica, apenas





31,12%; para o Desenvolvimento Macrorregional Sustentável, míseros 0,49%; para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, 2,20%; para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido, 1,98%.

Eu lembraria aos senhores que, quando nós chegamos a esses indicadores, no exercício fiscal em que são pagas essas despesas, nós incorporamos Restos a Pagar de exercícios anteriores, o que faz com que um programa previsto para ser executado durante 1 ano, coincidindo com o exercício fiscal, possa estar comprometido e o dispêndio do Orçamento não corresponda à exequibilidade concreta daquele programa para aquele ano em curso. Ou seja, podemos estar dependendo recursos do Orçamento fiscal para despesas, que são picotadas, de 2, 3 ou até 4 anos anteriores. Então, nada justifica.

Onde é que está o ponto fulcral dessa questão? O maior fenômeno dos últimos 40 anos na história da humanidade, não é a digitalização, não é a Internet, é a financeirização da economia. O Brasil foi atingido, e continua atingido, quando, em 2011 e 2012, aprova-se, aqui no Congresso, para a LDO de 2012 e 2013, que a elaboração e a execução do Orçamento submeter-se-ão, em primeiro plano, às metas do *superavit* primário. Ou seja, um País inteiro é tributado de forma indireta e regressiva, o que atinge quase 36% do PIB, transferem-se receitas de impostos e contribuições para a União Federal, e, mediante um mecanismo de contingenciamento e da formação da meta do *superavit*, todas as ações do Governo são tratadas como farinha do mesmo saco. Então, o Governo contingencia. O que resta é vítima da incidência da DRU (Desvinculação dos Recursos da União), que completa 18 anos. Talvez seja uma Constituição esquizofrênica: a parte principal diz uma coisa, e a transitória se prorroga e deixa de ser transitória, passa a ser permanente.

Então, a incidência do contingenciamento e da DRU sobre o orçamento do Ministério da Integração produz essa incapacidade de enfrentamento e de execução desses programas. Alguém precisa ser responsabilizado. Todos os demais Ministérios são submetidos não à *troika* que governa a Grécia, que governa a Espanha, que governa os países em crise da zona do euro, mas à nossa *troika*, que é Fazenda, Planejamento e Banco Central.



Estarmos enfrentando outra seca prolongada, com todos os prejuízos. Depois vêm as medidas paliativas: medida provisória para liberar não sei quantos bilhões... Por que não liberou antes? Por que não executou o Orçamento que o Congresso aprovou? O Orçamento não é aprovado pelo Congresso de forma especulatória. Há um Comitê de Receita, na Comissão Mista de Orçamento, que acompanha radicalmente a evolução real e a composição da receita. Nós nos baseamos nos relatórios mensais da Receita Federal, que vem para cá, no primeiro andar deste plenário, no pátio da Comissão de Finanças e Tributação, apresentar um relatório da Receita. Então, vem o Governo e aprova medida provisória para socorrer, cria Bolsa Estiagem; vem o Governo e lança o Programa Agricultura Irrigada. Tudo bem, toda iniciativa é bem-vinda, mas por que não fez antes? Por que colocou o Ministério da Integração, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura na vala comum do corte orçamentário, da não execução do Orçamento? Por que não se responsabilizam essas pessoas?

Eu estou convencido, Deputado Sarney, de que nós temos que mudar o rumo. Não dá mais para conviver nesta Casa com a conveniência, com a tolerância e com o bom-mocismo que tem marcado a presença do Congresso e da sociedade aqui em relação a essa política.

Vejam como são dois pesos e duas medidas: em 2003, o Brasil praticou 23 bilhões de renúncia de impostos e contribuições, com a expectativa de induzir o crescimento da economia; em 2008, nós chegamos a 86 bilhões; e, neste ano, em 2012, estima-se que concluamos 145 bilhões de renúncia de impostos e contribuições, com a expectativa de fomento à economia privada. Os senhores sabem quanto é a estimativa de renúncia fiscal para 2013? É 201 bilhões, o que significa 4,1% do PIB, sem nenhuma auditoria da relação custo/ benefício disso para o desenvolvimento da sociedade.

Não nos faltam competência técnica, contribuições acadêmicas, pesquisas, relatórios, as melhores formas de enfrentar a especificidade dessa região do Nordeste, o Semiárido. Estão aí os documentos públicos — conhecidos, aprovados —, as propostas de integração de bacias, de perenização, de recuperação. Quando não é a seca, são as enchentes.



Eu publiquei, há 2 anos, no meu Estado, com a enchente que dizimou a mata sul do Estado, *As enchentes e o dever de casa que não foi feito*. Temos a Lei da Integração de Bacias, a Lei Nacional de Saneamento — resíduos sólidos —, Plano Diretor, Estatuto da Cidade, e não se cumprem as leis.

Então, o que acontece? Mais uma vez vem a política de improviso, a política de tentar correr atrás do prejuízo. O prejuízo é irrecuperável. O que é pior: essas políticas paliativas minimizam os efeitos da conjuntura da estiagem, mas não mudam a estrutura que nos faz reféns de algo de que seríamos reféns se vivêssemos lá na Pré-História, como eu comentava com o meu vizinho aqui.

Eu faço uma comparação com a gravidez humana. Na Pré-História, era impossível para o ser humano, para os nossos ancestrais, prever, antecipar, acompanhar e impedir os problemas da gravidez. Hoje, não. Hoje a ciência, o conhecimento, a experiência, os relatórios, as pesquisas, os dados da saúde da mulher garantem a qualquer cidadão, a qualquer família as condições necessárias para um acompanhamento pleno e uma gravidez com a condição de integridade da mulher e do seu filho. Na Pré-História, não. Parece que nós vivemos na Pré-História no enfrentamento da estiagem.

Nós não temos política nacional de desenvolvimento regional. O Presidente Lula nomeou em 2003, no Ministério da Integração, a economista Tânia Bacelar para coordenar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Ela foi boicotada pelos Governadores de Estado, que gostavam, isso sim, do balcão dos incentivos fiscais, da guerra fiscal, para atrair indústrias de acordo com os seus interesses, que esvaziaram durante anos o Conselho Deliberativo da SUDENE, para não permitir que a SUDENE fosse um órgão federal de pensamento e planejamento do desenvolvimento regional.

Criamos o Instituto Nacional do Semiárido. Demos-lhe o nome de Celso Furtado. Ele deve estar arretado, revirando-se no túmulo, por conta desse desrespeito à sua obra e à sua compreensão da relação do desenvolvimento com o subdesenvolvimento.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Sarney e lamentar que nós não tenhamos conseguido trazer a este plenário, à Comissão de Orçamento, ao plenário da Câmara essa repercussão.



Temos que mudar o rumo. Temos que puxar o freio de mão, dar um freio de arrumação, Deputado, como se diz no Nordeste, porque não dá mais para conviver com política paliativa, com faz de conta, com submissão. Alguém precisa ser responsabilizado.

Antecipamos ontem que estamos dialogando com outros Parlamentares. Queremos chamar aqui o Ministro da Integração, que é do meu Estado, meu conterrâneo, o Ministro da Fazenda, a Ministra do Planejamento, porque acho que a esfera econômica do Governo não sabe nem onde fica o Semiárido. Se passou por lá, passou de avião.

Eles tinham que botar uma roupa à paisana, chegar lá num pinga-pinga de uma empresa de ônibus daquelas, que faz 10, 12 cidades durante um dia, descer numa estação rodoviária, pegar uma lotação, ir lá para o sítio — se chegarem dizendo que são Ministros, é tanta maquiagem no meio do mundo, é tanta mídia, que vão dizer o que vão fazer e o que nunca fizeram —, para saber o que é a realidade do Semiárido nordestino, apesar das propostas e dos estudos que nos garantem outra condição de sustentabilidade.

Contudo, sem orçamento, não dá. Sem orçamento, programa bonito não sai do papel. Podem botar o maior PhD do mundo em Semiárido. Se não derem a ele o orçamento e a integridade da execução desse orçamento, não adianta o título acadêmico, não adianta o relatório, não adianta a publicação, não adianta nada.

É uma pouca vergonha o que estão fazendo contra a população nordestina, contra a população do Semiárido. Este País não pode aceitar — para concluir — que, em pleno século XXI, na segunda década do século XXI, nós tenhamos essa situação que aflige milhões de nordestinos, criando esse constrangimento, essa tristeza.

A um órgão de comunicação no meu Estado, que anunciou várias reportagens sobre a situação da seca, eu disse: *“Por favor, não façam mais reportagem mostrando boi morto seco com os ossos aparecendo açude seco, terra rachada e agricultor sofrendo”*.

Porque isso aí não adianta nada. Botem o dedo na ferida e investiguem quanto foi que o Congresso aprovou de recursos; investiguem a sintonia do programa nacional com os programas estaduais e municipais de convivência com a



seca. Nós precisamos de um sistema nacional como o SUS, como o SUAS, que vamos construir, como o Sistema Nacional de Educação, senão... O Governo Federal constrói programas, dota recursos e, quando não os contingencia ou oferece à disponibilidade, vê-se que os Estados não têm programas e os Municípios muito menos. Porque o que impera nos Municípios são as oligarquias, é a manipulação da semente, da hora/máquina, é a manipulação do carro-pipa, etc. E podem botar GPS. Porque isso é bobagem! Dizer que vão botar GPS para monitorar carro-pipa é a exacerbação da espetacularização da tecnologia. Não tem que botar GPS em carro-pipa, não; tem é que acabar com o carro-pipa. Nós temos condição econômico-financeira de arrecadação e de tecnologia para construir outro tipo de política. Quem vai ganhar é a empresa que vender o GPS. E certamente vai vender sem licitação, dada a enorme calamidade pública, que dispensa esse tipo de compra.

Então eu quero, Sr. Deputado, parabenizá-lo e colocar-me a sua disposição, no enfrentamento dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado. Eu peço, desde já, ajuda na Comissão de Orçamento para aprovarmos essas emendas importantes.

No início da reunião falei sobre a Carta de Aracaju, e foi feito um pedido para que eu a lesse. Eu não vou ler a carta toda, mas vou ler o mais importante, segundo eles.

*“Dessa forma, os presidentes dessas empresas consideram fundamental que seja — é a conclusão — permitida a contratação das obras, em regime de emergência, dos projetos já aprovados pelo Governo Federal, flexibilizada a liberação de recursos, permitindo também o licenciamento e a outorga de forma simplificada. As companhias de saneamento estão cientes de suas responsabilidades e estão cumprindo um importante papel.”*

A carta é da AESBE, Associação das Companhias de Saneamento Básico Estaduais. Deixa-me ver o nome certo aqui, porque nós estamos gravando tudo. Carta de Aracaju. Não diz direito, mas é a Associação das Companhias de Saneamento do Brasil, todas as empresas.

Quero dizer desde logo que não concordo com esse negócio de liberar obras sem licenciamento e outorga. Eu li a carta, mas não concordo de jeito nenhum com



essa coisa, porque isso aí pode servir de esteio para fazerem mil ilegalidades. Não é assim. Nós sabemos da necessidade, mas eu discordo desse ponto aqui. Mas está registrado.

Vamos passar agora às intervenções finais dos expositores. O Sr. Rafael Schadeck, a quem eu fiz algumas perguntas e que foi o mais questionado aqui, fará as suas observações finais e também responderá ao que lhe foi perguntado.

**O SR. RAFAEL SCHADECK** - Obrigado, Presidente.

No que cabe às ações de resposta, que, infelizmente, vão fazer parte de qualquer processo relacionado à ocorrência de desastres, principalmente o processo que enfrentamos hoje, com eventos cada vez mais severos. Ora, isso não é uma realidade do Brasil. Isso é uma realidade mundial.

As situações extremas estão cada vez mais exacerbadas. Nós temos chuvas maiores e secas maiores. É isso que temos visto nas últimas décadas. Seja pelo motivo que for, isso já está acontecendo. Então, as ações de resposta vão fazer parte desse processo. E, dentro dessas ações de resposta — já respondendo a pergunta do Exmo. Sr. Deputado —, quero esclarecer como funcionam dentro da Defesa Civil Nacional e dentro do Ministério da Integração, obviamente.

Nós dispomos de dois tipos de recursos, Deputado: para socorrer a assistência, que são as primeiras ações, como o senhor observou muito bem, que precisam ser rápidas, precisam chegar logo, senão perdem o sentido; e os recursos para a reconstrução, que precisam de um estudo maior, de mais detalhamento, que é referente à reposição da estrutura física. Enfim, são, problemas de habitação diversos.

Como é que, nesse caso específico de enfrentamento aos problemas, nesse período de estiagem, estão funcionando os recursos que o senhor citou e visualizou muito bem, que seguiam mais ou menos o padrão de 10 milhões de reais, fora o Piauí e a Bahia, que necessitaram de mais dinheiro, que solicitaram mais?

Para ser rápido, esse recurso foi o primeiro aporte que o Ministro Fernando Bezerra disponibilizou imediatamente, através de um plano de trabalho construído em conjunto com os Estados, com relação às ações que precisariam de suplementação. Inclusive na Operação Carro-Pipa, em que o Exército não tinha capacidade de atender todos ao mesmo tempo. Esse recurso é transferido



imediatamente. No caso do Sr. Manuel, ele foi repassado também. O dinheiro não entrou no primeiro momento, devido à quantidade de Municípios em situação de emergência.

Esse recurso é empregado através do cartão de pagamento da Defesa Civil — estamos passando por um processo de amadurecimento de implementação desse cartão —, mas que foi criado exatamente para dar agilidade e transparência ao processo. A existência do cartão quer dizer que o Município ou o Estado já passaram por uma série de procedimentos burocráticos, como a abertura de uma conta única. Às vezes nós recebemos errados esses dados. Eles já passaram por esse processo, eles estão habilitados a receber esse recurso, que precisa chegar rápido. É dessa forma que isso está sendo trabalhado.

Alguns Estados já começam a solicitar uma suplementação de recurso, seja para alimentação ou para água de consumo animal. Enfim, é dessa forma que isso está sendo feito. Reconhecemos que existem problemas, mas a política da Lei nº 12.608 permite que façamos esse tipo de intervenção junto aos Estados de forma mais rápida, com a menor burocracia possível.

Finalizo agradecendo a todos a presença. Gostaria ainda de fazer um comentário sobre a Operação Carro-Pipa. Ninguém acha que esse seja o modelo correto, nem estamos dizendo que é. Esse é o fato. O Ministro Fernando Bezerra tem estudado as possibilidades. Nós já tentamos alguns pilotos, mas diante do que está se enfrentando hoje, esse é o meio através do qual estamos levando água para quem precisa. O fato é esse. O Dr. Antônio disse muito bem que nós não tivemos registros de êxodo, de saques, nem registros de coisas graves que antes aconteciam. Então, esse grupo de ações, apesar de não ser definitivo, como eu já disse, pois infelizmente o processo de resposta ainda vai fazer parte do processo de gerenciamento de desastres. Mas eles chegaram de maneira forte.

De acordo com determinação da Presidenta, se tem que existir carro-pipa, ele tem de ser eficiente. É para isso que o Ministério está trabalhando. Por isso os GPS estão sendo contratados por meio de licitação, Deputado, e começam a ser implementados em mais de 4 mil carros-pipa. Essa provavelmente será uma das complexas operações controladas que já tivemos, mas será feita com eficiência no âmbito da Secretaria Nacional de Defesa Civil, dentro da estrutura que foi criada no



Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, inaugurado no dia 08 de agosto pela Presidenta Dilma, com a presença do Senador José Sarney. Estamos tentando fazer tudo com a maior eficiência e clareza possíveis.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Quero registrar a presença de dois ilustres Prefeitos do Maranhão: o Prefeito de Cantanhede, José Martinho, o Cabão, que foi reeleito recentemente — muito obrigado pela presença; e o, Prefeito de Alto Alegre, Emmanuel Aroso, o Maninho.

Muito obrigado aos dois pela presença. Acho que todos nós aprendemos muito com as exposições de hoje.

O representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte pediu-me para fazer uma pergunta bem rapidamente. Como nós tivemos poucas perguntas, bem sucintamente, sem maiores delongas, concedo a palavra ao Sr. Francisco José Aldo do Vale, engenheiro agrônomo.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ ALDO DO VALE** - Eu sou engenheiro agrônomo, assessor da Federação dos Trabalhadores — FETARN e tenho especialização em irrigação.

Ouvindo o representante do DNOCS, cujo nome considero um contrassenso, o Departamento Nacional de Obras Contra a "Sustentabilidade do Nordeste", não "Contra a Seca, eu não entendo para onde foi o Ministério da Integração, que, na verdade, é da "desintegração nacional". Por que não fazem a integração dos recursos aplicados na Região Nordeste?

Falou-se de recursos para a Região Nordeste: 10 milhões de reais. No Rio Grande do Norte chegaram 7,5 milhões de reais para recuperar 200 poços artesianos que estavam parados. Vale destacar que o Estado precisa de 887 poços. Chegaram 10 milhões de reais. Dos 200 poços que precisavam de recuperação, até agora só 118 foram recuperados. Dos 2 milhões e 500 mil reais para a compra de ração, chegou o dinheiro para apenas 3.100 famílias. Destaque-se que o Estado tem mais de 400 mil agricultores familiares.

Quanto ao recurso do Banco do Nordeste para apoio ao crédito da estiagem, sabemos que mais de 70 mil estabelecimentos rurais precisam dele. Até agora o Banco do Nordeste liberou dinheiro para apenas 3 mil estabelecimentos. Até





dezembro ele vai chegar apenas para mil estabelecimentos. E como é que ficam os mais de 65 mil estabelecimentos? Para onde vai esse recurso?

Vale destacar que o recurso emergencial, nobres Deputados, não tem diferença de nenhum empréstimo agrícola já existente. Então os juros vão ser iguais, o prazo e a burocracia são os mesmos. Se o dinheiro destinado à aplicação fosse aplicado só na cidade de Mossoró, sabemos que apenas lá estão situados 7 mil estabelecimentos rurais. Então, esse dinheiro só vai atender a 4 mil estabelecimentos, ou seja, nem essa cidade seria atendida.

Há outra preocupação. Das mais de 90 mil toneladas de milho que deveriam chegar lá, até agora só chegaram 22 mil toneladas Talvez cheguem até dezembro. Mas o gado vai ficar esperando com fome?

Eu gostaria de convidar os Deputados para irem à região, ao pessoal do DNOCS para saírem da sede de Fortaleza e também irem para a região. Mas, não é para ir arrumado, nem em carro bonito ou oficial. Vá lá ver! A televisão pode até não passar mais o gado morrendo, mas ele está lá! Falaram de desocupação no Nordeste, mas como o povo está desocupado se ele está tentando escapar, se ele passou a vida toda ali para ver? Ele tem que segurar. Alguém já amarrou vaca para ela não cair? Porque se cair não levanta mais, ela morre lá? Alguém já tentou?

Então, esse povo está tirando da boca para comprar ração. É alguma coisa para segurar o gado, porque já não existe mais macambira, já não existe nada de sustentabilidade. Agora, os Deputados têm que fazer alguma coisa. Esse assunto não era para ser discutido só aqui nesta Comissão, não. E quanto aos recursos humanos? Isso deveria ser denunciado à ONU, mas na televisão só aparece a Faixa de Gaza, mas a morte está lá, no Nordeste! Agora, a gente fica aqui fazendo de conta. Se irrigação fosse solução para este País, a cidade de Açu e Baraúna, que são as duas cidades de maior área irrigada para exportação no PIB agropecuário, segundo pesquisa do IBGE, seriam a primeira e a segunda cidade. Mas elas não são nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira.

Por ironia do destino, a terceira cidade é Apodi. O DNOCS agora vem com 300 milhões de reais para fazer um projeto de irrigação, que foi citado, não vou ressuscitar o fato, mas esse projeto vai para cidade que é o terceiro PIB agropecuário. Então o DNOCS vem falar em desenvolvimento? Por que não levou o



desenvolvimento para Açu, que não está entre as primeiras cidades? E justamente a cidade que precisa de desenvolvimento não o tem.

É muito fácil o Governo Federal liberar 300 milhões de reais para um projeto de irrigação para a chapada, para o agronegócio. Aí quando o dinheiro chega, por ironia do destino, nobres Prefeitos, a população da cidade sai. Um projeto de desapropriação de mais de 13.880 hectares, se eu não me engano, vai tirar a população que está lá. E olha o contrassenso. É por isso que eu chamo de Ministério da “Desintegração” Nacional? Nada de integração. O Governo Federal tem mais de 20 assentamentos rurais. Tem projeto crédito fundiário do SRA e do MDA. Esses projetos do SRA vão ser desapropriados ou vão ser engolidos pelo projeto. Nos do DNOCS a água sequer vai chegar aos assentamentos que estão lá. Os Prefeitos compreendem o que é isso? Vão tirar mais de 500 famílias e elas vão para cidade. Só que o que pagam por essa terra muitas vezes não dá nem para comprar uma casa na zona urbana. Então, onde tem a cultura da irrigação, no Vale, que é uma cidade rica, tem área de cristalino, que passa seca ao lado da barragem. Aí vão levar 300 milhões de reais para levar água para a chapada, onde podem cavar poços. E as famílias que vivem no local vão ser retiradas. Eu não compreendo que tipo de Governo é este? Deputado, eu gostaria que o senhor pudesse explicar o que está sendo feito com este dinheiro, por que a integração está nesse processo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Agora vamos passar a palavra aos demais expositores.

Dr. Francisco Campello. *(Pausa.)*

S.Sa. já saiu porque teve um problema familiar.

Com a palavra o Sr. João Abner Guimarães Júnior.

**O SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES JÚNIOR** - Eu comungo com a preocupação do Deputado Sarney Filho. Acho que este momento é um momento de emergência mesmo, sabem? Eu concordo com a preocupação da Presidenta que se deve fazer, que se há o carro-pipa pelo menos ele tem de ter uma forma correta. Essa é a cultura.

Por exemplo, quando há um desastre em qualquer parte do mundo, como o que acontece aqui, a maior seca dos últimos 40 anos, é um desastre. E as



consequências são muitas vezes maiores do que as enchentes de qualquer outro país ou do que um furacão na região dos Estados Unidos.

Nós temos hoje um evento crítico, extraordinário. Então, eu acho que temos que cuidar neste momento, das pessoas que estão sendo atingidas. Não é isso?

Eu acho que essa é a preocupação. Eu acho que fazer qualquer investimento, neste momento, no calor da crise, no mínimo, pode-se pecar pela pressa, pela falta de cuidado, não é? Vou dar um exemplo: foi denunciado o projeto que está sendo implementado pelo Governo. Inclusive ele é o carro-chefe do atual programa de irrigação no Nordeste, um projeto que está destruindo o que está lá funcionando, uma das poucas experiências bem sucedidas da agricultura familiar da região. E que está funcionando. E agora vem esse projeto, e estão usando agora a situação de emergência da seca para justificá-lo. Eu acho que o momento de pensarmos sobre a questão da seca é depois que ela passar. Eu acho que temos que pensar a seca fora da seca. Eu acho que essa é uma mudança de paradigma. A solução da seca passa pelo aproveitamento bem racional e potencial do inverno. É aquela velha história bíblica de José do Egito, dos 7 anos de vacas magras e dos 7 anos de vacas gordas.

Quer dizer, no ano passado, nós tivemos um ano com precipitações acima do normal do Nordeste. O que se aproveitou daquele momento para enfrentar o que está acontecendo hoje? Precisa de mudança de cultura. Eu, por exemplo, defendo um abastecimento humano, Deputado, a solução de um abastecimento humano para a Região Nordeste vai ser muito importante. Por quê? Porque há grandes estoques de água numa das regiões, como falou João Suassuna, de maior índice de açudagem do mundo — são 70 mil açudes. Certo? E esse estoque extraordinário de água fica lá evaporando: 95% dessa água evapora, ou seja, uma reserva para o momento como esse em que estamos vivendo. Só que, quando chega essa época do ano, fica tudo seco. Então, na hora em que você chegar, se você entrar, integrar um sistema de abastecimento rural... É isso que está faltando no Nordeste. Na verdade, toda essa problemática referente à questão do abastecimento humano, na verdade, é de abastecimento rural. Porque isso, eu acho, que pode ser facilmente resolvido da mesma forma que resolveram a questão da luz com o Programa Luz para Todos, há condições.



Nós temos esse projeto, é um projeto viável. Na hora em que você chegar com a água na propriedade, a água do açude vai ser liberada para a produção. E aí, em vez de você deixar a água evaporando, ela vai se transformar em grãos, em forragem, em silagem, pois é uma contradição dizer que não temos uma cultura de silagem no Nordeste. Então, nós teremos condições de aumentar em quatro vezes a área irrigada se dispensarmos o consumo de água.

Então, vejo que, antes de tudo, essa é uma mudança de paradigma. Eu acho que o momento agora é de cuidar dos flagelados da seca, e cuidar bem.

Era o que eu tinha a dizer

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Com a palavra o Dr. João Suassuna, para suas considerações finais.

**O SR. JOÃO SUASSUNA** - Vejam só: eu gostei muito da fala do Deputado Paulo Rubem Santiago. O que muito me orgulha, Deputado, é V.Exa. ser um político da minha terra!

Realmente, V.Exa. destacou fatos importantes e caminhos muito interessantes para o enfrentamento da seca que está atualmente pairando sobre a nossa Região.

Agora, fico muito angustiado pela situação por que passa hoje a população difusa do Nordeste seco. Ela está completamente desassistida. E o pior, o povo não tem alternativas para sobreviver. E essa minha angústia aumenta quando já sabemos que estudos do CTA mostram que essa seca pode passar para 2013. Se acontecer isso vai ser um desastre nacional.

Temos que partir — como o Abner acabou de dizer — para assistir a esse povo. Existem alternativas de convívio. A pecuária adaptada à região é uma saída. A extração de plantas xerófilas é outra saída, o plantio de palma forrageira para dar suporte a uma pecuária, hoje. A Paraíba perdeu 70% da sua pecuária com esta seca, uma prova de que não se pensou em fazer comida para esse gado.

Então, Deputado, eu acho o seguinte: temos que partir para esse tipo de iniciativa, porque elas existem. Precisamos colocar o Congresso Nacional para ajudar na transferência disso lá para o Nordeste e ajudar esse povo que está carente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Vamos concluir.



**O SR. JOÃO SUASSUNA** - Eu diria mais, para concluir, que as vontades políticas não podem estar acima das possibilidades técnicas de se fazer as coisas neste País, que é o que está acontecendo hoje.

Então, assim eu encerro a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - E com uma grande frase! (Risos.)

Obrigado, Dr. João Suassuna.

Vamos passar agora a palavra ao Dr. Antônio Rocha Magalhães, nosso último expositor, para suas considerações finais.

**O SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES** - Obrigado, Deputado.

Eu quero abordar dois pontos. O primeiro é sobre uma pergunta sua: “que problemas estariam havendo em relação à segunda Conferência Científica da ONU?” Essas Conferências oficiais das Nações Unidas, como a Rio+20, por exemplo, elas requerem a negociação de um acordo de sede entre o país que vai hospedar e as Nações Unidas.

O Brasil se candidatou, foi aceito, mas esse acordo de sede envolve uma série de passos burocráticos. Aqui, no Brasil, há três Ministérios envolvidos apoiando essa Conferência: o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Integração Nacional e o da Ciência e Tecnologia.

No momento, isso está sendo discutido no nível mais alto de Ministros para tentarem acelerar o acordo de sede. Mas a questão é que ainda não fizemos o acordo de sede, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Ainda não temos? É para fevereiro?

**O SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES** - Ainda não temos para fevereiro e esse acordo precisa ser aprovado na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Eu sei que os Ministros estão preocupados, estão fazendo todo o esforço para que isso aconteça o mais rápido possível. Eu não participo nesse processo. Então, também estou aguardando qualquer decisão que venha a ser tomada.

Eu quero só aproveitar mais 2 minutos para fazer um comentário de natureza mais geral sobre vários temas que foram discutidos aqui.



Vimos, primeiro, a prioridade inicial para resolver o problema da emergência. Isso é fundamental, como foi mencionado: é um desastre. Mas, segundo, temos uma continuidade do processo, como eu mencionei, de evolução de políticas públicas, em direção à redução das vulnerabilidades. Nesse processo a questão da água é fundamental. A questão do gerenciamento integrado da água, ponto em que temos avançado nos últimos 20 anos, é fundamental.

A mensagem que eu gostaria de deixar é de que nesse processo há espaço para todas as soluções. Não existe solução única.

Então, vemos, algumas vezes, por exemplo, grupos que dizem: “Olha tem que fazer o programa de cisternas”. Claro, tem que fazer o programa de cisternas, mas ele atende a um objetivo, determinado, localizado. Ele não atende a toda a problemática. Toda a problemática exige todas as soluções, inclusive a transposição de 26 metros cúbicos de água do Rio São Francisco. Isso faz parte do conjunto de soluções junto com o aproveitamento das fontes locais, também com o ótimo aproveitamento que é a posição do Atlas da ANA, por exemplo, que fez o balanço das fontes locais.

Então, quando administramos a oferta de água por bacia, a primeira coisa é que tem que haver o aproveitamento ótimo nessa bacia, e segundo, a complementação com a água de outras bacias, de onde quer que elas venham. Isso é um pouco do que o Ceará está fazendo internamente, em que as águas da transposição vão ajudar na questão da segurança hídrica e permitir o melhor uso dessas águas, porque sabe-se que há possibilidade de reposição, pelo menos parcial, caso haja um ano de seca.

A última observação é que realmente neste ano estamos enfrentando uma das secas mais severas. Mas é uma seca mais severa depois de um ano bom, de um ano de excesso de água. Isso é uma coisa. A outra coisa é o que foi mencionada há pouco: é uma seca depois de outra seca. Temos exemplo na nossa história, mas aí é que realmente os impactos podem ser muito mais graves.

E temos que nos preparar para isso. Já era tempo de realmente juntar todas as forças e buscar todas as soluções.

E, mais uma vez, muito obrigado por me concederem esta oportunidade hoje.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Bem. Agradeço a todos os presentes.

Reafirmo a nossa disposição de editar um DVD sobre as exposições feitas aqui. Vamos distribuí-lo aos Deputados da nossa Comissão e tentar distribuir para todos os Deputados, fazendo uma pequena ênfase, pelo menos à bancada do Nordeste, para que tenhamos um apoio político mais consistente, como a todos os presentes.

Então, está encerrada a nossa reunião. E muito obrigado aos expositores.